

fincoenta e quatro, excepto o hum por cento dos Solicitadores, porque estes sempre os venceraõ por não terem outro emolumento de seus Officios.

Conhecerá o dito Juiz Executor de todos os embargos, disputas, e incidentes, que se moverem nas execuçoens, julgando-as como for justiça na primeira instancia com appellação, e agravo para o Juizo dos Feitos da Fazenda da Casa da Supplicação: E do mesmo modo conhecerá de todas as preferencias, que algumas pessoas de fóra pertenderem ter aos bens dos devedores de minha Fazenda, pelas ditas repartiçoens das Alfandegas, e Junta do Tabaco, ou as dividas procedaõ de direitos vencidos, e não pagos, ou de fianças não desobrigadas, ou dos Mercadores, que faltarem de credito, ou das condemnaçoens das penas dos descaminhos, usando para este fim da mesma jurisdicção concedida ao Provedor, e Feitor mór da Alfandega grande da sobreditta Cidade, e das mais do Reino, pelos capitulos 114 até 119 do Foral, e todas as Provisões, e Ordens, que sobre elles se lhe tiverem passado. Do qual Provedor, e Feitor mór, sou servido separar a dita jurisdicção, e conhecimento, pelo grande trabalho, que lhe tem accrescido do expediente da dita Alfandega, do qual não he conveniente a meu serviço, que se divirta, para conhecer das ditas preferencias, e causas.

Tanto que os direitos das ditas Alfandegas forem vencidos, e que os assignantes dellas não pagarem, seraõ os Thesoureiros obrigados de apresentarem os escriptos aos Provedores, para os mandarem notificar pelos Sacadores, que paguem em vinte e quatro horas; e não pagando, mandem logo os mesmos Provedores carregar em receita ao dito Juiz Executor para proceder contra elles, e seus fiadores a pinhora, e prizaõ na fórma dos Foraes, Regimentos da Fazenda, e Ordenaçoens do Reino, até que as dividas sejaõ inteiramente cobradas. E os Thesoureiros, que dentro de hum mez, despois das dividas vencidas, não fizerem a referida diligencia, pagarão por seus bens toda a falta, que houver nos devedores, a qual haverá delles o mesmo Juiz Executor.

Os Escrivaens da Mesa grande das ditas Alfandegas, que tiverem por distribuição os livros das ditas fianças, seraõ obrigados de os ver todos os dias para saberem as que estaõ vencidas, sem estarem desobrigados, das quaes darão logo parte aos Provedores, em presença dos quaes com outro Escrivão das Mesas, e com o Contador da conferencia, onde o houver, liquidarão a divida das ditas fianças, e as foraõ carregar em receita ao Juiz Executor dentro de dez dias seguintes ao vencimento, com pena de pagarem por seus bens toda a falta, que houver nos fiadores, como assim fica ordenado.

As



As fazendas descaminhadas, que forem apprehendidas, e depositadas á ordem dos Provedores das Alfandegas, serão por sua ordem vendidas antes, ou depois das Sentenças, carregando-se seus preços em receita ao Thesoureiros na fórma dos Foraes. Porém as Sentenças das penas, ou das denuncias dos descaminhos, de que não houver fazendas apprehendidas, logo que passarem em julgado, se carregarão em receita ao dito Juiz Executor para proceder contra os Reos na fórma de minhas Ordenações, ou as ditas Sentenças sejaõ dos Provedores, e Officiaes das Alfandegas, nos casos que couberem em suas alçadas, ou da Instancia superior.

No caso de quebrarem alguns Mercadores Assignantes das ditas Alfandegas, ou no caso dos Provedores anticiparem o prazo aos que forem suspeitos de credito, será o dito Juiz Executor obrigado tanto que chegar á sua noticia, judicial, ou extrajudicialmente, ir logo em pessoa com os Officiaes, a que pertencer, sequestrar, e inventariar os bens dos Quebrados, e suspeitos de credito, ouvindo as partes, que tiverem que requerer, sem suspensão de sequestro, conforme o cap. 114. do Foral.

Os Escrivães, e Solicitadores das ditas executorias serão promptamente obedientes ao dito Juiz Executor, como tambem os Meirinhos, e Officiaes de ordens, e execução das ditas Alfandegas, e Junta, em tudo o que lhes mandar por meu serviço, e por bem do seu cargo: e do mesmo modo mando a todos os Meirinhos, e Alcaides da Cidade de Lisboa, e seu Termo cumpraõ, e guardem inteiramente todas as ordens, e mandados, que elle lhes passar, na referida fórma, com pena de suspensão, e prizaõ, que contra todos pederá executar, autuando-os na fórma ordinaria. E aos Tribunaes, e Ministros de meus Reinos mando que cumpraõ todos os Precatorios, e Advocatorias, que elle lhes passar por meu serviço, para a boa arrecadação de minha fazenda.

Ao dito Juiz Executor pertencerá tirar todas as Devaças de descaminhos, que o Conselho de minha fazenda, ou a Junta da Administração do Tabaco lhe commetterem; e tambem conhecerá de todas as resistencias feitas aos Officiaes das Executorias, Alfandegas, e Junta, remettendo humas, e outras culpas para o Juizo dos Feitos Fazenda, onde serão sentenceadas em hum só instancia com a brevidade possível, para mais promptamente se vedarem os delictos, e se dar exemplo aos delinquentes.

Tanto que o dito Juiz Executor entrar a servir, se lhe fará receita de todas as execuções, que actualmente correrem, e das dividas, que de novo se houverem de executar, no tempo em que se vencerem, escrevendo-se em livros separados por cada hum dos



Escrivaens das repartiçoens, a que tocarem. E será obrigado a fazer executar, e recolher nos Cofres dentro de hum anno, contando do dia em que se lhes fizerem as receitas, todas as dividas, que forem exigiveis, dando conta no Conselho da Fazenda, e na Junta da Administração do Tabaco de todas as que se não poderem cobrar por falta de bens, para se me fazerem presentes pelos mesmos Tribunaes, com todas as instrucçoens necessarias para se mandarem riscar das receitas: e faltando a qualquer destas obrigaçoens, se lhe dará em culpa na sua residencia. E para o fim da referida brevidade, ordeno a todos os Ministros, Officiaes, e pessoas de meus Reinos, e Dominios, que com toda a promptidão executem os precatorios, e mandados, que o dito Executor lhes passar por meu serviço nos termos, que nelles forem prefinidos, com pena de virem emprazados a cada hum dos ditos Tribunaes, a que o conhecimento pertencer, dar a razão de suas omissoens, e culpas, e satisfazerem as penas, que lhes forem impostas, negando-se-lhes Certidoens para suas residencias: E aos Juizes dos Feitos da Fazenda ordeno, que no despacho dos feitos desta Executoria tenham a mesma brevidade, que devem ter com o despacho dos Feitos da Executoria dos Contos do Reino, e Casa, ordenada no Alvará de vinte e tres de Agosto de mil setecentos sincoenta e tres.

Uzará o dito Juiz Executor de todas as Leis, Alvarás, Regimentos, Decretos, Resoluçoens, e Ordens passadas aos Executores extinctos na quillo, que neste Alvará não for revogado: E mandará continuar os feitos com vista ao Advogado, que na repartição dos Contos estiver approvado, para dizer por parte da fazenda, ao qual mandará pagar o premio, que neste Alvará lhe vai concedido.

E porque dos ditos Officios de Executores das Alfandegas há dous Proprietarios vitalicios; mando, que em quanto estes forem vivos, se lhes pagem os Ordenados concedidos nos Alvarás de vinte e nove de Dezembro de mil setecentos sincoenta e tres, capitulo segundo §. 24. e de vinte e dous de Abril de mil setecentos sincoenta e quatro, capitulo quarto no principio.

Mando aos Védores de minha fazenda, Presidente do Desembargo do Paço, Regedor da Casa da Supplicação, Governador da Casa do Porto, Presidente da Junta da Administração do Tabaco, e a todos os Ministros dos ditos Tribunaes, e de outros quaesquer de meus Reinos, Senhorios; Juizes, Officiaes, e pessoas, a que o conhecimento pertencer, cumpraõ, e guardem este Alvará, como nelle se contém, sem embargo de qualquer Lei, ou Regimento em contrario, que para este fim revogo de meu  
motu



motu proprio, certa sciencia, poder Real, e absoluto. E ao Desembargador Manoel Gomes de Carvalho do meu Conselho, e Chanceller mór de meus Reinos, mando, que o faça publicar na Chancellaria, e enviar copias impressas aos Tribunaes, Ministros, e mais pessoas a que se costumaõ remetter. E este se registrará nas Casas referidas, e o proprio se lançará na Torre do Tombo. Dado em Belem a vinte de Março de mil setecentos fincoenta e seis.

## REY.

*Diogo de Mendoça Corte-Real.*

**A**lvará, porque V. Magestade ha por bem extinguir os Officios de Executores da Alfandega grande, e da Alfandega do Tabaco, como tambem a incumbencia da execucao das dividas da Junta da Administracao do mesmo Tabaco, que estava cõmettida a hum dos Ministros Deputados della: creando de novo hum lugar de lettras da graduacao de primeiro banco, que se intitule Juiz Executor das dividas das Alfandegas, e Junta da Administracao do Tabaco, que será consultado pelo Conselho da Fazenda, e servirá triennialmente, com o Ordenado de cento e oitenta mil reis, e com as mesmas assignaturas, e emolumentos, e alçada, que tem os Corregedores do Civel da Cidade de Lisboa, como assima se declara.

Para Vossa Magestade vêr.

Registrado no livro primeiro das Patentes a fol. 1. vers. Belem o 1 de Abril de 1756.

*Jozé Gomes da Costa.*

*Manoel Gomes de Carvalho.*



Foi publicado este Alvará em fôrma de Lei na Chancellaria  
mór da Corte e Reino. Lisboa, 6 de Abril de 1756.

*Dom Sebastião Maldonado.*

Registrado na Chancellaria mór da Corte, e Reino no li-  
vro das Leis a fol. 90 Lisboa, 7 de Abril de 1756.

*Rodrigo Xavier Alvares de Moura.*

*Joaquim Fozé Borralho o fez.*

Foi reimpresso na Officina de Miguel Rodrigues.

Para Vossa Magestade ver.

Registrado no livro primeiro das Patentes a fol. 11 verso. Be-  
lem o 1 de Abril de 1756.

João Gomes da Costa

Manoel Gomes de Carvalho



134

Declaração á Lei de 20 de Março do mesmo anno, de 9 de Junho de 1756.



U ELREY. Faço saber aos que este Alvará em fôrma de Lei virem, que tendo extinguido por outro de vinte de Março deste anno os Officios de Executores das Alfandegas do Açúcar, e do Tabaco, e do das execuções da Junta da Administração do mesmo, que estavam commettidas a hum dos Deputados della; e creado hum Executor, que servisse todas as sobredittas, Ministro de Letras, e lugar de primeiro Banco, que este conhecesse de todos os embargos, disputas, e incidentes na primeira Instancia, com appellação, e aggravo para o Juizo dos Feitos da Fazenda da Casa da Supplicação, e q̃ da mesma fôrma determinasse as preferencias, que algumas pessoas pertendessem ter aos bens dos devedores da minha Real Fazenda, e executasse as condemnações impostas nas Sentenças, que passassem em julgado, e as penas procedidas dos descaminhos, em que não houvessem fazendas apprehendidas; e conhecesse das resistencias feitas aos Officiaes das Executorias, Alfandegas, e Junta, remettendo humas, e outras ao Juizo dos Feitos da Fazenda.

E porque no dito Alvará se não expressou, que o dito Executor desse appellação, e aggravo para a Junta da Administração do Tabaco em tudo o que tivesse origem deste genero, por ser a dita Junta Tribunal competente, e privativo, e que tem melhor conhecimento que outro algum; e poder o Procurador da Fazenda daquella repartição assistir ás causas, que se sentencarem a final sobre as execuções, e dependencias dellas; e serem muitas das Sentenças proferidas na dita Junta, a quem pertence na forma da Lei do Reino conhecer dos embargos oppostos ás sobredittas execuções, e da mesma fôrma das preferencias, e mais incidentes, e das resistencias feitas aos Officiaes do dito genero na fôrma do Regimento do Tabaco, e outras varias resoluções minhas, que se achão na dita Junta.

Sou servido declarar o dito Alvará; e mando, que o Executor nomeado, e os que lhe succederem, dem appellação, e aggravo para a Junta da Administração do Tabaco em tudo o que differ respeito a este genero, e tiver nascimento d'elle, como até agora se praticou; e da mesma formá nas resistencias commettidas contra os Officiaes do Tabaco, e suas Executorias; porque não foi, nem he da minha tenção em quanto ás causas do Tabaco, e suas execuções, e dependencias, alterar o disposto no Regimento d'elle.

Pelo



Pelo que mando aos Védores de minha Fazenda, Presidente do Desembargo do Paço, Regedor da Casa da Supplicação, Governador da Casa do Porto, Presidente da Junta da Administração do Tabaco, e aos mais Ministros, Corregedores, Provedores, Ouvidores, e Juizes destes meus Reinos, e Senhorios cumpraõ, e guardem este meu Alvará, como nelle se contém: E mando ao Desembargador Manoel Gomes de Carvalho do meu Conselho, e Chanceller mór de meus Reinos, e Senhorios, que o faça publicar na Chancellaria, e enviar as Copias impressas aos Tribunaes, e Ministros a que se costumaõ remetter; e este se registrará nas Casas referidas, e o proprio se lançará na Torre do Tombo. Dado em Belém aos nove de Junho de mil setecentos sincoenta e seis.

## R E Y.

*Sebastião Fozé de Carvalho e Mello.*

**A**lvará, porque V. Magestade ha por bem declarar o de vinte de Março deste anno, em que se extinguiraõ os Officios de Executores das Alfandegas do Açúcar, e do Tabaco, e se creou hum só Executor, e que dêsse appellação, e agravo para o Juizo dos feitos da fazenda da Casa da Supplicação; ordenando, que se não pratique o disposto nelle nas materias concernentes ao Tabaco, e que o recurso ha de ser interposto para a Junta da administração do dito genero, pelas razões nelle declaradas.

Para V. Magestade vêr.

*Manoel Gomes de Carvalho.*

Foi publicado este Alvará em fórma de Lei na Chancellaria mór da Corte, e Reino. Lisboa, 22 de Junho de 1756.

*Dom Sebastião Maldonado.*

Registrado na Chancellaria mór da Corte, e Reino no livro das Leis a fol. 29. Lisboa 23 de Junho de 1756.

*Rodrigo Xavier Alvares de Moura.*

*Antonio Fozé Galvão o fez.*

Foi reimpresso na Officina de Miguel Rodrigues.



**S** Ou servido confirmar os quinze Capitulos das Instrucçoens formadas pela Junta, que sollicita o bem-commum do Commercio, para servirem de Regimento aos Recebedores, e Escrivaens da Receita dos quatro por cento, offerecidos pela Praça de Lisboa, e por Mim aceitos no meu Real Decreto de dous de Janeiro proximo passado, assim como baixaõ escritas em tres meias folhas de papel, rubricadas pelo Secretario de Estado Sebastião Joseph de Carvalho e Mello. E mando, que por ellas se proceda em Juizo, e fóra delle, sem embargo de quaesquer Leys, Regimentos, ou disposições contrarias: Dando-me a referida Junta conta no fim de cada quartel pelo mesmo Secretario de Estado de todo o recebimento, que nelle se houver feito, para Eu o applicar na fórma do sobredito Decreto de dous da Janeiro proximo precedente. Belem, a quatorze de Abril de mil setecentos cincoenta e seis.

## REY.

Registado a fol. 23. vers.

## INSTRUCÇOENS.

PARA SERVIREM DE REGIMENTO AOS RECEBEDORES, e Escrivaens dos quatro por cento, offerecidos pela Praça de Lisboa, e aceitos por Sua Magestade no seu Real Decreto de dous de Janeiro do presente anno de 1756.

### I.

**O**s Recebedores, e Escrivaens destas receitas serão continuos na assistencia dos seus lugares, entrando, e sahindo ás horas determinadas pelo Foral, fazendo expedição, e bom tratamento ás partes, e havendo falta de que conste na Junta, serão por ella suspensos, nomeando-se interinamente outras pessoas, e se dará conta a Sua Magestade.

### II.

Os Despachos de todas as Fazendas, que vierem ás suas respectivas estaçoens, serão lançados em livros particulares, que se fizeraõ para esta arrecadação, numerados, rubricados, e encerrados pelos Deputados da Junta. E para obviar a todas as duvidas, que se podem offerecer sobre as Fazendas, que são pertencentes á mesma arrecadação; se declara, nos livros da receita della se haõ de lançar sòmente os bilhetes daquellas mercadorias, e manufacturas, que entrarem nestes Reinos, e vierem de fóra delles, assim pela via de mar, como pela da terra, incluindo-se na mesma arrecadação os que forem transportados da Asia, e America Portuguezas, e das Ilhas adjacentes a ellas, e a estes Reinos, sendo daquellas que atégora pagaraõ direitos a Sua Magestade, tudo na conformidade do genuino sentido do . 1. da representação da Praça de Lisboa, e dos Reaes Decretos de 2 de Janeiro, e 29 de Março proximos precedentes.

### III.

Os Officiaes da Repartição da Alfandega do assucar devem cobrar os



os quatro por cento pela avaliação de mil e duzentos reis por arroba de branco, e de seiscentos reis no mascavado, na forma do Real Decreto de Sua Magestade de 26 de Janeiro deste anno, sem que se faça o abatimento de metade do pezo, como se observa na Alfandega pela ultima resolução do mesmo Senhor a respeito do direito principal, mas sim cobrando-se de cada caixa, v. g. de quarenta arrobas pela cabeça mil novecentos e vinte reis ao todo para este Donativo: Bem entendido, que se as partes fizerem pezar as caixas por entender que estão diminutas a respeito do pezo das cabeças, pagarão sómente o Donativo que corresponder ao pezo da balança; sendo Sua Magestade servido declarar, que a concessão de despachar pelo pezo das cabeças das caixas, he sómente permittiva, tanto no principal direito, como neste Donativo.

#### IV.

Os Officiaes desta Repartição na Alfandega do Tabaco cobrarão os quatro por cento pela avaliação de mil reis por arroba, na forma do mesmo Real Decreto, sem que se faça abatimento de metade do pezo, ou de outra qualquer graça extraordinaria, mas sim cobrando-se das arrobas em bruto do bilhete da balança, abatidos pela Tara quatro arrates sómente por arroba, ou fazendo a conta a novecentos e sessenta reis de avaliação pelo pezo bruto do Tabaco, seja este pezado em rolos, ou desmanchado em pannos; porém nesta nova imposição senão comprehendem os Tabacos despachados pelos Contratadores deste genero para o consumo do mesmo Contrato, que se acha convencionado sem este Donativo.

#### V.

As Fazendas baldeadas, ou depositadas não se devem entender comprehendidas neste Donativo, porque não pagão o principal direito; sendo porém denunciadas, e aprehendidas, se devem cobrar os quatro por cento, separando-se estes do producto da fazenda pelo valor da sua arrematação.

#### VI.

Nas tomadias se cobrarão tambem os quatro por cento do preço da arrematação, fazendo-se receita nos mesmos livros com declaração á margem.

#### VII.

Os Officiaes desta arrecadação na casa do Paço da madeira devem cobrar os quatro por cento de entrada sómente, e na forma do capitulo 2. destas Instruções, por quanto as obras feitas, ainda comprehendidas nellas as vendas dos Navios, ou quaesquer outras Embarcações, sejam as vendas voluntarias, ou necessarias, ficam izentas deste Donativo, em que Sua Magestade foi servido aceitar quatro por cento de entrada sómente, na forma do capitulo 1. do offerecimento da Praça, e por ella mesma razão devem ser izentos todos os mais despachos, que não forem de entrada.

#### VIII.

Ainda que na sobredita repartição do Paço da madeira se cobra a dizima em especie, e a Siza a dinheiro, se devem cobrar os quatro por cento deste Donativo a dinheiro, assim de madeira, como de todos os outros Generos pelas avaliações da Pauta, que todos os annos se



se faz pelos Officiaes da mesma repartição, com approvação do Desembargador, Conselheiro, e Provedor da Alfandega, para se evitarem as confusões das vendas das madeiras, e multiplicação de Officiaes, que nellas se empreguem. No Donativo porém, que se impoem ao peixe secco, se cobrará em especie na fôrma do costume, e por esta Junta se fará saber aos Officiaes quem se acha encarregado das vendas do dito peixe secco, para que todos os mezes lhe tomem conta do producto, e o lancem na sua receita.

## IX.

Os quatro por cento deste Donativo, ou seja cobrado a dinheiro nas madeiras, e mais Generos, ou em especie no peixe secco, deve ser arrecadado a bordo pelos mesmos Officiaes, que cobraõ a ciza para Sua Magestade, fazendo estes as suas declarações na fôrma que se pratica nos Reaes direitos, por quanto o mesmo Senhor he servido impor-lhes esta obrigação, pela qual serãõ remunerados por esta Junta conforme os seus merecimentos; e os Mestres dos navios, ou Capitaens serãõ obrigados a dar entrada no livro deste Donativo, na fôrma que se pratica na Mesa dos Reaes direitos.

## X.

Os Recebedores destas contribuições ficãõ obrigados a levar ao Cofre do Deposito geral da Corte, ou áquelle, que inteiramente se lhes determinar, no Sabbado de tarde de cada huma semana todo o recebimento das suas receitas, apresentando aos Officiaes do mesmo cofre huma certidão dos Escrivaens delles Recebedores, pela qual conste tudo o que se cobrou até o dito dia.

Os mesmos Recebedores não poderãõ divertir cousa alguma dos seus recebimentos, nem ainda a titulo dos seus ordenados, recebendo-os de si proprios; por quanto devem ser delles embolçados aos quarteis pelo Deposito publico com conhecimentos expedidos pelo Secretario da Junta na conformidade do Decreto do dito Senhor, que se tem expedido ao mesmo Deposito geral para este effeito: o mesmo se praticará com os Escrivaens dos sobreditos Recebedores.

## XI.

Os mesmos Recebedores, além de serem obrigados a dar contas nesta Junta no fim de cada hum dos annos, dos seus recebimentos, terãõ sempre prompto hum caderno corrente, que possãõ apresentar na mesma Junta na maneira abaixo declarada, pelo qual conste de todas as quantias, que houverem recebido, e dos dias em que forãõ recebidas, e entregues no Deposito geral, de tal sorte que faltando a darem as referidas contas na sobredita fôrma, serãõ indispensavelmente suspensos pela Junta para mais não serem reconduzidos, e se procederá contra elles executivamente na mesma fôrma em que se procede contra os Almoxarifes, e Recebedores da Fazenda Real, sendo Juiz privativo nestes casos o mais antigo dos dous Ministros Deputados do mesmo Deposito geral: E sendo as contas dadas perante os Deputados, que a mesma Junta nomear para este effeito, e depois por toda ella em corpo revistas, e approvadas.

## XII.

Os Escrivaens da receita tambem saõ obrigados a ter hum livro prompto, e separado do livro principal, que possãõ apresentar a esta Junta todas as vezes que lhes for mandado, e no fim de cada semana daraõ ao seu



seu Recebedor huma Certidão do seu recebimento para entregar na Junta dos depósitos, ou onde estiver o cofre, observando inviolavelmente, que nos primeiros tres dias de cada hum mez haão de fazer constar nesta Junta por huma certidão assignada pelo seu Recebedor, de todo o rendimento do mez antecedente.

XIII.

Os mesmos Escrivaens das receitas devem pôr verbas nos sobreditos livros, pelas quaes conste, que a quantia recebida naquella semana foi entregue no cofre dos Depósitos a folhas tantas do livro daquelle cofre, e que o conhecimento da entrega foi assignado por pessoas nomeadas daquelle repartição.

XIV.

Todos os Recebedores, e Escrivaens deste Donativo são obrigados a tirar os seus provimentos, que haão de ser sobescrito pelo Secretario desta Junta, e assignados pelo Provedor, e Deputados della para servirem por tempo de tres annos, sem que da Real confirmação de S. Magestade possam deduzir direito algum para a serventia de mais alguns annos, ou propriedade de Officios, e ainda que o requeiraão, e consigaão, S. Magestade ha por obreticias, e de nenhum vigor todas as mercês, que for servido fazer contra esta formalidade, a que os mesmos Officiaes se sujeitaão.

XV.

Nenhum dos Officiaes desta arrecadação poderá levar das partes emolumento algum, por qualquer pretexto, ou motivo que seja, e a todas as mais obrigagoens, que pelo tempo a diante se lhes impozerem se sujeitaão a esta Junta, e sendo chamados acodiraão promptamente para observarem as ordens, que lhes forem encarregadas, e para que em nenhum tempo alleguem ignorancia, assignará cada hum dos sobreditos hum termo, pelo qual se sujeitaão á observancia de tudo o que assim fica declarado, e se lhes daraão transumptos impressos desta Instrucção, e dos Reaes Decretos, que nella se enunciaão, depois de haver sido confirmada pelo dito Senhor. Lisboa, 10 de Abril de 1756.

*José Rodrigues Bandeira. João Luiz de Sousa Saaõ.*

*João Rodrigues Monteiro. José Moreira Leal.*

*Pedro Rodrigo Godinho. João Luiz Alvares.*

Os Escrivaens das receitas também são obrigados a tirar hum livro prompto, e separado do livro principal, que possa apresentar a esta Junta todas as vezes que lhes for mandado, e no fim de cada semana darão ao



# INSTRUCCOENS

## PARA SERVIREM DE REGIMENTO

aos Recebedores, e Escrivaens dos Quatro por cento nas Alfandegas do Reyno, offerecidos pela Praça de Lisboa, e aceitos por S. Mag. no seu Real Decreto de dous de Janeiro deste presente anno de 1756.

### I.

**O**S Recebedores, e Escrivaens do producto dos Quatro por cento nas Alfandegas do Reyno, ficaõ obrigados a cumprir na parte, que lhes he applicavel, os quinze Capitulos, que por esta Junta se formaraõ para instrucçoens dos Officiaes desta arrecadaçaõ na Corte de Lisboa; e foraõ confirmados por Sua Magestade pelo seu Real Decreto de quatorze de Abril de 1756.

### II.

**O** Recebedor da Alfandega do Porto remetterá todos os quinze dias o producto do seu recebimento pelo Correio ordinario, a entregar ao Deputado, e Thesoureiro da Junta, que solicita o bem commum do Commercio Joseph Moreira Leal, ou a quem lhe succeder na mesma Thesouraria, remettendo juntamente a Certidaõ do seu Escrivaõ da receita ao Secretario da mesma Junta, pela qual conste de que vem remettida toda a quantia recebida depois da ultima remessa; e pelo mesmo Secretario se lhe mandará Conhecimento em fórmã para a sua descarga.

### III.



### III.

Os Recebedores de todas as outras Alfandegas ficam obrigados a todas as clausulas do Capitulo segundo destas instrucções, com a differença sómente de que haõ de remetter os productos das suas receitas no fim de cada hum mez, e nas circumstancias de se ter cobrado cem mil reis ao menos; porque, naõ chegando a esta quantia, ficará deferida a remessa para o fim do seguinte mez, ou para aquelle tempo em que estiver completa a sobredita somma de cem mil reis; com tanto que, chegando a finalizar o anno do seu provimento, se fará a remessa do que houver no Cofre; porém sempre remetteraõ ao Secretario da Junta a Certidão do que se tiver cobrado em todos os mezes.

### IV.

Os Escrivaens da receita ficam tambem obrigados aos quinze Capitulos referidos no §. 1. destas instrucções, e a entregar aos seus respectivos Recebedores todas as certidoens, que saõ obrigados a remeter a esta Junta.

### V.

E a todas as mais obrigações, que lhe forem impostas por esta Junta, se sujeitaõ os Officiaes desta arrecadação; e para cumprimento de tudo assignaraõ estas Instrucções, e as mais, que foraõ confirmadas por Sua Magestade no sobredito Real Decreto de 14 de Abril deste presente anno. Lisboa, a 20 de Mayo de 1756.

*Jozé Rodrigues Bandeira.*

*Joaõ Luiz de Sousa Sayão.*

*Joaõ Rodrigues Monteiro.*

*Jozé Moreira Leal.*

*Joaõ Luiz Alvares.*

*Antonio Ribeiro Neves.*

*Pedro Rodrigues Godinho.*



Alvará do rebate dos Direitos da madeira d'elle Reino. De 22  
 Maio de 1756.

**S** Ou servido confirmar os cinco Capitulos das Instrucçoens formadas pela Junta, que sollicita o bem commum do Commercio, para fervirem de Regimento aos Recebedores, e Escrivaens da Receita dos Quatro por cento offerecidos pela Praça de Lisboa, e por Mim aceitos no Meu Real Decreto de dous de Janeiro proximo passado, assim como baixaõ escritas em meya folha de papel rubricada pelo Secretario de Estado Sebastião Joseph de Carvalho e Mello. E mando que por ellas se proceda em Juizo, e fóra d'elle, sem embargo de quaesquer Leys, Regimentos, ou Disposições contrarias: Dandome a referida Junta conta no fim de cada quartel pelo mesmo Secretario de Estado de todo o recebimento, que nelle se houver feito, para Eu applicar na forma do sobredito Decreto de dous de Janeiro proximo precedente. Belem, a dous de Junho de mil setecentos cincoenta e seis.

*Com a Rubrica de Sua Magestade.*

Reg. a fol. 28.

REY.

Sebastião José de Carvalho e Mello.



Ou servido confirmar os cinco Capitulos  
 das Instrucções formadas pela Junta, que  
 sollicita o bem commum do Commercio,  
 para servirem de Regimento aos Recebe-  
 dores, e Elencivens da Recetta dos Quatro por-  
 centos offerecidos pela Praça de Lisboa, e por  
 Mini accitos no Meu Real Decreto de dois de  
 Janeiro proximo passado, assim como baixão  
 e letas em meya folha de papel tubricada pelo  
 Secretario de Estado Sebastião Joseph de Car-  
 valho e Mello. E mando que por ellas se pro-  
 cedá em Junho, e fora d'elle, sem embargo de  
 quaesquer Leys, Regimentos, ou Disposi-  
 ções contrarias: Dandome a referida Junta  
 conta no fim de cada quartel pelo mesmo Secre-  
 tario de Estado de todo o recebimento, que  
 nelle se houver feito, para em applicar na for-  
 ma do sobredito Decreto de dois de Janeiro  
 proximo precedente. Belém, a dois de Junho  
 de mil setecentos e cinquenta e seis.

Com a Rubrica de Sua Magestade.  
 14 de Abril de 1756.

João Rodrigues Bandeira      João Luiz de Sousa Siqueira  
 João Rodrigues Monteiro      João Moreira Lobo  
 João Luiz Alvares      Antonio Ribeiro Neves  
 Pedro Rodrigues Godinho      Reg. a fol. 28.



Alvará do rebate dos Direitos á madeira deste Reino. De 22 de Maio de 1756.



U ELREY. Faço saber aos que este Alvará com força de Ley virem, que, tendo confide-  
ração aos prejuizos, que sentiraõ os meus  
Vassallos, que habitaõ nos lugares das Costas  
destes Reinos, assim pelas embarcações que  
perderaõ, como pelas casas, que se lhes ar-  
ruináraõ no Terremoto do primeiro de No-  
vembro do anno proximo passado; e a que,

comprehendendo o damno, que se seguiu daquellas ruinas, huma grande parte dos outros meus vassallos, se fazem todos dignos da minha Regia, e Paternal providencia, para animar a navegação de huns, e dar por meio della tambem facilidade á reedificação das propriedades dos outros: Hei por bem que todas as madeiras da producção das terras destes Reinos, que forem nell'es transportadas de huns para outros pórtos, por embarcações que, sem dolo, nem malicia sejaõ proprias de Vassallos meus naturaes dos mesmos Reinos, e dos seus Dominios, gozem do mesmo rebate nos Direitos de entrada, e sahida, assim pelos rios, como pelas fozes, e do mesmo favor na fórma da arrecadação, que tenho concedido á Companhia geral do Graõ Pará, e Maranhão, sem alguma differença.

Pelo que mando aos Védores da minha Real Fazenda, Regedor da Casa da Supplicação, Governador da Relação, e Casa do Porto, Governador, e Capitão General do Reino do Algarve, e mais Ministros, Officiaes, e pessoas a quem pertencer, que cumprãõ, e guardem, e façãõ inteiramente cumprir, e guardar, como nelle se contém, este meu Alvará. O qual valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não passe, ainda que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, não obstante quaesquer Regimentos, Ordens, ou Disposições contrarias, que todas hei por derogadas para este effeito sómente, como se dellas fizesse expressa menção, ficando aliás sempre em seu vigor. E este se registrará em todos os lugares, onde se costumaõ registrar semelhantes Leys, mandando-se o original para a Torre do Tombo. Escrita em Belem, a vinte e dous de Maio de mil setecentos sincoenta e seis.

REY.

Sebastião Fozé de Carvalho e Mello.

Alva-

*Declarado pelo  
Alvará de 10.  
de 1761. de 1756.  
desta parte  
meio volume.*



**A**lvará com força de Ley, por que Vossa Magestade he servido ordenar que todas as madeiras da producção destes Reinos, que nelles forem navegadas de huns a outros portos por embarcaçoens, que sem dolo, nem malicia sejam proprias dos Vassallos dos mesmos Reinos, gozem do mesmo rebate de Direitos, que se acha concedido á Companhia geral do Grao Pará, e Maranhão, e do mesmo favor, na forma da arreccadação delles sem alguma differença.

Para Vossa Magestade ver.

Registrado no livro da Fazenda a fol. 16. Belem, a 26 de Maio de 1756.

*Maximiano de Almeida Dorta.*

*Antonio Fozé Galvão o fez.*

Foi reimpresso na Officina de Miguel Rodrigues.





ENDO-ME presente a falta, que se experimenta na Provincia de Alemtéjo de Ceifeiros, e Trabalhadores, e que, os que ha, levaõ salarios excessivamente maiores dos que até aqui recebiaõ, sem haver motivo justo para esta differença; e por ser conveniente evitar-se hum excessõ tão contrario ao interesse publico, qual he a conservação das lavouras, e a cultura das terras, com conveniencia, e utilidade dos Lavradores: Sou servido ordenar, que da publicação desta minha Real Ordem em diante, nenhum Ceifeiro, ou outro algum Trabalhador, que servir em qualquer ministerio, especialmente aos Lavradores, e da mesma fórma aos Criados destes, levem maior salario por qualquer modo, que seja a convenção, e ajuste do que o que se costuma pagar mais commua, e ordinariamente no anno de mil setecentos cincoenta e quatro, e nos proxivamente antecedentes: Sou outro fim servido, que as justiças ordinarias de cada lugar tenhaõ o cuidado de saberem todas as semanas, se no seu districto se falta á indispensavel observancia desta minha Real Resolução, tirando sobre isto as testemunhas, que julgarem bastaõ para averiguação da verdade; e quando conste por este modo, ou por queixa das partes, comprovadas por tres testemunhas, que alguma pessoa pedio, e recebeo maior salario, a pronunciaráõ, e mandaráõ prender; e sendo ouvida em vinte e quatro horas, não dando escusa sufficiente, será condemnado em quatro mil reis para a pessoa prejudicada, sem appellação, nem aggravo; a qual sentença será dada pelo Juiz de Fóra, e não o havendo na terra, remetterá o Juiz Ordinario o auto ao Juiz de Fóra mais visinho: o que se entenderá pela primeira vez; porém sendo o mesmo réo comprehendido em reincidencia, será mandado com os autos a huma das cadeas desta Cidade á Ordem do Duque Regedor das Justiças, para ser sentenciado na Casa da Supplicação summariamente a servir com calcete nas obras publicas pelo tempo que parecer justo, segundo a qualidade, e excessõ da transgressão. Os Ministros das terras da Provincia saberaõ dos Lavradores della as partes donde costumaõ vir as pessoas, que servem em semelhantes ministerios, e passaráõ Cartas aos Ministros das suas terras em meu Real nome com o teor deste Decreto, para que fação efectiva.



fectivamente vir os ditos Trabalhadores a servirem na fôrma costumada, remettendo listas aos dos lugares para onde vem, com os nomes dos que se destinaõ para cada hum delles, e quando voltarem, levarãõ da mesma fôrma, guia, com a declaração de terem acabado o tempo do seu trabalho; e succedendo sahirem sem ella, seraõ prezos, e castigados com as penas acima ordenadas, para os que levaõ maior salario, para por este modo se evitar a fugida, e deserção dos mesmos Trabalhadores. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, e mande passar as ordens necessarias a todas as terras da Provincia de Alemtéjo, com a copia deste Decreto impressa, para que em todas se publique por edictaes, para vir á noticia de todos. Belem quinze de Junho de mil setecentos cincoenta e seis.

*Com a Rubrica de Sua Magestade.*

Registado a fol. 77.

**C**Umpra-se, e se Registe, e se passem as ordens necessarias na fôrma do Decreto de Sua Magestade, dando-se logo a copia para a repartição aonde toca a expedição das ditas Ordens, Lisboa, 22 de Junho de 1756.

*Com quatro Rubricas dos Ministros do Desembargo do Paço.*





141

INSTITUIÇÃO  
DA  
COMPANHIA GERAL  
DA AGRICULTURA DAS VINHAS  
DO  
ALTO DOURO.  
LISBOA.

Na Officina de MIGUEL RODRIGUES,

Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca.

---

[M. DCC. LVI.]



ALTO DOURO.

DA AGRICULTURA DAS VINHAS

COMPANHIA GERAL

INSTITUICÃO

Na Officina de Miquele Rodrigues



# SENHOR.

**R**EPRESENTAÇÃO A V. Magestade os Principaes Lavradores de sima do Douro, e Homens Bons da Cidade do Porto, que dependendo da Agricultura dos vinhos a subsistencia de grande parte das Communidades Religiosas, das casas distintas, e dos Povos mais consideraveis das tres Provincias, da Beira, Minho, e Traz os Montes; se acha esta Agricultura reduzida a tanta decadencia, e em hum taõ grande estrago, que sobre não darem de si os vinhos o que he necessario para se fabricarem as terras, em que são produzidos, accresce a esta jactura do cabedal, a da faude publica; porque tendo crescido o numero dos taverneiros da Cidade do Porto a hum excessõ extraordinario, e prohibido pelas Leys de V. Magestade, e Posturas da Camera da mesma Cidade, e não podendo reduzirse a ordem aquella multidão; succede que os ditos taverneiros adulterando, e corrompendo a pureza dos vinhos naturaes com muitas confeiçoens nocivas á compleição humana, arruinão com a reputação de hum taõ importante, e consideravel genero todo o commercio d'elle, e até a natureza dos Vassallos de V. Magestade, que gastaõ os vinhos, que annualmente se vendem para o consumo da terra pelas mãos dos ditos taverneiros.

E animados os supplicantes pela incomparavel clemencia, com que V. Magestade tem soccorrido os seus Vassallos afflictos, ainda com vexaçoens, menores, do que as referidas: tem concordado entre si formarem com o Real beneplacito de V. Magestade huma Companhia, que sustentando competentemente a cultura



tura das vinhas, conserve ao mesmo tempo as produções dellas na sua pureza natural, em beneficio do commercio nacional, e estrangeiro, e da faude dos Vassallos de V. Magestade.

§. I.

**A** Dita Companhia constituirá hum corpo politico composto de hum Provedor, doze Deputados, e hum Secretario; sendo todos qualificados na maneira abaixo declarada. Além dos referidos Deputados, haverá seis Conselheiros homens intelligentes deste commercio. Será esta Companhia denominada: *A Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro*. Os papeis de officio que della emanarem serão sempre expedidos em nome do Provedor, e Deputados da mesma Companhia, e sellados com o sello della, o qual consistirá na Imagem de Santa Martha Protectora das terras do Douro, e por baixo huma latada, ou parreira, com esta Inscripção:

*Providentia regitur.*

§. II.

**O** Sobredito Provedor, e Deputados serão Vassallos de V. Magestade naturaes, ou naturalizados, e moradores na Cidade do Porto, ou em sima do Douro, que tenham dez mil cruzados de acções na Companhia, e dahi para sima.

§. III.

**A** S eleições do sobredito Provedor; Deputados; e Conselheiros, se farão sempre na Casa do Despacho da Companhia pela pluralidade de votos dos interessados, que nella tiverem tres mil cruzados de acções, ou dahi para sima. Aquelles, que menos tiverem se poderão com tudo unir entre si, para que prefazendo a dita quantia, constituaõ em nome de todos hum só voto, que poderão nomear em quem bem lhes parecer. Os primeiros eleitos para a fundação servirão por tempo de tres annos, e todos os outros que se lhe seguirem, servirão por tempo de dous annos, com tanto



tanto, que os que tiverem servido, não possaõ ser reeleitos na proxima eleição, sem terem ao menos a seu favor duas terças partes dos votos, como mais expressamente se declara no §. IV. Ao mesmo tempo se elegerão na mesma fórma entre os ditos Deputados hum Vice-Provedor, e hum substituto, que gradualmente occupem o lugar de Provedor nos casos de morte, ou de impedimento.

§. XIV.

**O** Provedor, Deputados, e Conselheiros seraõ nesta primeira fundação nomeados por V. Magestade para servirem por tempo de tres annos; findos os quaes apresentaráõ em Junta geral as contas de tudo quanto tiverem obrado; repartindo aos interessados os interesses que lhes competirem; ou que a Junta por pluralidade de votos determinar se devem repartir. Depois se procederá immediatamente á nova eleição de Provedor, Deputados, e Conselheiros; os quaes teraõ a seu cargo examinar primeiro que tudo as contas dos seus antecessores, para as approvarem, ou reprovarem, segundo o seu merecimento; e do mesmo modo se irá continuando nas futuras eleições, em quanto esta Companhia durar. Parecendo porém aos interessados tornar a reeleger algum, ou alguns dos ditos Provedor, Deputados, ou Conselheiros os poderãõ reconduzir tendo a seu favor ao menos duas terças partes dos votos. Aos primeiros nomeados por V. Magestade dará juramento o Juiz Conservador de bem, e fielmente administrarem os bens da Companhia, e de guardarem ás partes seu direito. E aos que pelo tempo futuro se elegerem dará o mesmo juramento na Mesa da Companhia o Provedor que acabar em hum livro, que haverá separado para elle effeito.

§. V.

**D**O capital com que esta Companhia se ha de formar, e dos interesses que della resultarem, em quanto se não repartirem pelos interessados, seraõ Thesouheiros o mesmo Provedor, e Deputados: para o que teraõ hum, ou os mais cofres, que forem necessários, com as chaves competentes, para que cada hum tenha sua, e por este modo fiquem obrigados cada hum per si, e hum por todos



dos a responder por toda a falta, que possa haver no dito cabedal, em quanto delle não fizerem a referida entrega do capital aos seus succellores, e dos lucros aos interessados na dita Companhia.

§. VI.

**T**odos os negocios, que se propozerem na Mesa se vencerão por pluralidade de votos, e a tudo o que por ella se fizer, e ordenar, nas materias pertencentes a esta Companhia, se dará inteiro credito, e terá sua devida, e plenaria execução; da mesma forte que se pratica nos Tribunaes de V. Magestade, com tanto que na sobredita Mesa se não disponha cousa que altere as Leys, e Regimentos, que se achão estabelecidos para o Estado do Brasil; ou seja contraria ás mais Leys de V. Magestade, além do que se acha permittido pela presente fundação. Elegerão os sobreditos Provedor, e Deputados os Officiaes, que julgarem necessarios para o bom governo desta Companhia, assim na Cidade do Porto, e Reyno, como fóra delle. Sobre elles terão plenaria jurisdicção de os suspenderem, privarem, e fazer devaçar, provendo outros nos seus lugares. Todos servirão em quanto a Companhia os quizer conservar; e lhes tomará contas dos seus recebimentos, e dará quitaçoens firmadas por dous Deputados, e selladas com o sello da Companhia depois de serem vistas, e examinadas em Mesa.

§. VII.

**T**erá esta Companhia hum Juiz Conservador, que com jurisdicção privativa, e inhibição de todos os Juizes, e Tribunaes, conheça de todas as causas contenciosas, em que forem Authores, ou Reos, o Provedor, Deputados, Conselheiros, Secretario, Caixeiros, Administradores, e mais Officiaes da Companhia; ou as ditas causas sejam Crimes, ou Civeis, tratando-se entre os ditos Officiaes da Companhia, ou com elles, e terceiras pessoas de fóra della. O qual Juiz Conservador fará advocar ao seu Juizo na Cidade do Porto por mandados, e fóra della por Precatorios as ditas causas; e terá alçada per si só até cem cruzados, sem appellação, nem agravo; assim nas causas Civeis, como nas penas por elle impostas; porém nos mais casos, e nos que provados merecerem pena de morte,

*Vide Alvará  
de 10 de Jan.  
de 1757. §. 4.  
e de 28 de  
outubro de  
1776.*



morte, despachará em Relação em huma só instancia com os Adjuntos, que lhe nomear o Governador *pro tempore* da Relação, e Casa do Porto, ou quem seu cargo servir. E na mesma forma expedirá as cartas de seguro nos casos, em que só devem ser concedidas, ou negadas em Relação. Assim o dito Juiz Conservador, como o seu Escrivão, e Meirinho, serão nomeados pela dita Mesa, e confirmados por V. Magestade, que obrigará os Ministros, que forem eleitos pela Companhia a servirem o dito cargo, e isto sem embargo da Ord. liv. 3. tit. 12. e das mais Leys publicadas até o presente sobre as Conservatorias, porque como o Juizo desta, senão toma por gratuito privilegio para molestia, e vexação das partes, se não por via de contrato oneroso para serviço de V. Magestade; para bem commum de seus Vassallos; e para boa administração da Companhia, e cartas que no Real nome de V. Magestade ha de passar; he precisamente necessario, por todos estes justos motivos, o dito Juiz Conservador. Porém as questões, que se moverem entre as pessoas interessadas na mesma Companhia, sobre os capitães, ou lucros delles, e suas dependencias, serão propostas na Mesa da Administração, e nella determinadas verbalmente, em forma mercantil, e de plano pela verdade sabida, sem forma de juizo, nem outras allegações que as dos simples factos, e as das regras, usos, e costumes do commercio, e da navegação, communmente recebidos, sendo a isso presentes o Juiz Conservador, e o Procurador Fiscal da Companhia, a qual determinará com o parecer dos ditos dous Ministros todas as causas, que não excederem de trezentos mil reis sem appellação, nem agravo; e as que forem de mayor quantia, não estando as partes pela determinação dos sobreditos julgadores, se farão immediatamente presentes a V. Magestade em representação da Mesa para nellas nomear os Juizes, que for servido, os quaes as julgarão na mesma conformidade, sem que das suas determinações se possa interpor outro algum recurso ordinario, ou extraordinario, nem ainda a titulo de Revista; e isto tudo sem embargo de quaesquer disposições de Direito, e Leys que o contrario tenham estabelecido.



## §. VIII.

**P**Assará o dito Conservador por cartas feitas no Real nome de V. Magestade as ordens, que lhe forem determinadas pela Companhia, assim para o bom governo della, como para tomar carros, e embarcaçoens para a condução dos vinhos, e para obrigar trabalhadores, tanoeiros, taverneiros, e todos os mais artífices de quem depender este ramo de commercio, a que sirvaõ a Companhia pagandolhes seus salarios. E se lhes não poderão tomar, nem embargar pelos Ministros de V. Magestade os trabalhadores, barcos, carros, vazilhas, e todas as mais cousas de que depender o apresto de suas carregaçõens; antes sendolhes necessarios outros se pedirão aos Ministros a quem tocar para lhos mandarem dar. E para tudo o mais que for necessario para o bom governo da Companhia poderá esta emprazar os Ministros de Justiça, que não derem cumprimento ás suas ordens para a Relação da Cidade do Porto, onde irão responder, ouvido o dito Juiz Conservador, o qual irá á Mesa da Companhia todas as vezes que para isso se lhes der recado, tendo nella assento docoroso.

## §. IX.

**S**Endo indispensavelmente necessario, que a Companhia tenha casas sufficientes para o seu despacho, guarda dos seus cofres, aposentadoria dos seus Caixeiros, e mais Officiaes, e armazens para guarda dos seus vinhos, vazilhas, e mais materiaes que para ellas são necessarios: He V. Magestade servido concederlhe o privilegio de aposentadoria para que o seu Juiz Conservador lhas faça dar em toda a parte, que a Companhia julgar lhe são mais convenientes, sem que por isso se lhe possaõ alterar os preços em que andarem alugadas; os quaes alugueres pagará a Companhia a seus donos, e em caso de duvida se arbitrarão por louvados a contento das partes: Derogando V. Magestade para este effeito quaesquer privilegios de aposentadoria, que tenhaõ as pessoas a quem se tomarem, ou que nellas tenhaõ recolhido suas fazendas.

## §. X.



## §. X X.

**S**Endo o principal objecto desta Companhia sustentar com a reputação dos vinhos a cultura das vinhas, e beneficiar ao mesmo tempo o commercio, que se faz neste genero, estabelecendo para elle hum preço regular, de que resulte competente conveniencia aos que o fabricão, e respectivo lucro aos que nelle negoceaõ; evitando por huma parte os preços excessivos, que impossibilitando o consumo, arruinaõ o genero; evitando pela outra parte, que este se abata com tanta decadencia, que aos Lavradores não possa fazer conta sustentarem as despezas annuaes da sua agricultura: E sendo necessario estabelecer para estes uteis fins os fundos competentes; será o capital desta Companhia de hum milhaõ, e duzentos mil cruzados, repartidos em acçoens de quatrocentos mil reis cada huma; ametade do qual se poderá prefazer em vinhos competentes, e capazes de receber, com que os Accionistas se quizerem interessar; e a outra ametade será precisamente em dinheiro, para que a Companhia possa assim cumprir com as obrigaçoens de occorrer ás urgencias da lavoura, e commercio, na maneira seguinte.

## §. XI.

**P**Elo sobredito fundo emprestará a mesma Companhia aos Lavradores necessitados, não sómente o que lhes for preciso para o fabrico, e amanho das vinhas, e colheitas dos vinhos, mas tambem o que mais lhes convier para algumas daquellas despezas miudas, que a conservação da vida humana faz quotidianamente indispensaveis; sem que por estes empréstimos lhes leve mayor juro que o de tres por cento ao anno; com tanto que os referidos empréstimos não excedaõ ametade do valor commum dos vinhos, que cada hum dos taes Lavradores costuma recolher. Os quaes vinhos mediante os referidos empréstimos ficarão com penhora filhada a favor da Companhia, que nelles terá a mesma preferencia que costumaõ ter os senhorios das casas nos moveis, que dentro dellas se achão, e sem que para isso seja necessario outro titulo, ou facto mais que os dos assentos dos empréstimos nos livros da Companhia virificados com escritos dos devedores reconhecidos por Official publico.



## §. XII.

**T**Erá a Companhia promptos todos os materiaes que forem necessarios para a construcção das vazilhas, não só para o anno, em que fizer as suas carregações, mas tambem para o seguinte, para que não succeda que por esta falta ou se damnifiquem os vinhos, ou se mal logre o provimento, que delles deve fazer nos portos do Brasil, que V. Magestade he servido concederlhe para este commercio.

## §. XIII.

**E**Para que os referidos portos do Brasil não experimentem falta do genero estabelecerá por hora a Companhia o fundo de dez mil pipas de vinho bom, e capaz de carregação, para no primeiro anno sustentar o empate que poderá experimentar nas primeiras carregações, e esperar que o seu producto lhe venha no tempo competente.

## §. XIV.

**P**Ara facilitar as entradas das acções a favor dos Lavradores dos vinhos do Alto Douro receberá nellas a Companhia aos Accionistas os que forem da melhor qualidade, e na sua perfeição natural, sem misturas, ou lotações que os damnifiquem, pelo preço de vinte cinco mil reis cada pipa de medida ordinaria, e os que forem de menor qualidade, porém capazes de carregação, receberá na mesma forma pelo preço de vinte mil reis cada pipa. Por estes preços comprará os referidos vinhos nos mais annos, que se seguirem, ou haja abundancia, ou falta deste genero, para cujo effeito assim como a Companhia nos annos de abundancia os ha de pagar aos preços referidos; do mesmo modo nos annos de esterelidade feroão obrigados os Lavradores a venderlhos pelos mesmos preços sem a menor alteração; compensando-se assim os seus respectivos interesses em beneficio deste genero.

## §. XV.



## §. XV.

**E** Para que nem a Companhia arruine a navegação da Cidade do Porto, faltandolhe com a carga dos vinhos, que he a parte principal que a fomenta, nem a navegação possa prejudicar á Companhia, deixando de ministrarlhe os competentes navios para o transporte dos vinhos ao Estado do Brasil: He V. Magestade servido estabelecer que pelo frete de cada pipa de vinho, agua ardente, ou vinagre, da medida ordinaria, que a Companhia carregar da Cidade do Porto para o Rio de Janeiro, pague de frete aos referidos navios dez mil reis, na fôrma que até o presente se tem praticado no commercio daquella Cidade, sem que a este respeito haja de huma, e outra parte a menor alteraçã. Dos que forem para a Bahia pagará na referida fôrma oito mil reis, pelo frete de cada huma das referidas pipas; e do mesmo modo pagará sete mil e duzentos reis de frete por cada pipa que mandar para Pernambuco; os quaes fretes de nenhum modo se poderã alterar nem pela Companhia, nem pelos proprietarios, ou Capitaens dos navios, sob pena que o que contravier a esta disposiçã de qualquer modo que seja pagará outro tanto, quanto importarem os referidos fretes, cujo valor se applicará, ametade para o denunciante, e a outra ametade para o Hospital da Cidade do Porto, e além disso terá dous mezes de cadeya.

## §. XVI.

**O**s vinhos, aguas ardentes, e vinagres que a Companhia houver de mandar para os portos do Brasil se carregarão nos navios que nas respectivas esquadras daquella Cidade se pozerem á carga, repartindo-se por cada hum delles á proporçã das suas lotações, e feroã os referidos navios obrigados a recebellos sem duvida alguma, do mesmo modo que se pratica com o Contrato do Sal. Porém succedendo que o consummo dos referidos generos venha a ser tão excessivo no Estado do Brasil, que os navios particulares do commercio não possaõ alli conduzir todos os que forem necessarios para o quotidiano provimento; será em tal caso a Companhia obrigada a preparar, e mandar por sua conta os navios necessarios para fazerem o referido transporte, sómente porém naquella parte em que os referidos



ridos vinhos excederem a carga dos ditos navios particulares pertencentes á Praça da Cidade do Porto. E neste caso nem os navios, nem as suas equipagens, nem o que para a sua construcção, e apresto for necessario lhe poderão ser tomados em parte alguma para outros ministerios, que não sejaõ os do referido transporte, e dependencias da mesma Companhia, nem ainda a titulo do Real serviço de V. Magestade, sob pena que as pessoas, que o contrario fizerem pagarão pela sua propria fazenda a esta Companhia todo o prejuizo, que disso lhe resultar, a cujo fim responderão perante o Juiz Conservador da mesma Companhia, e não em outro algum Juizo, sem embargo de quaesquer privilegios que tenhaõ em contrario.

### §. XVII.

**C**omo he notorio o prejuizo que causa o sal aos vinhos na sua qualidade, e pela precisa necessidade que ha deste genero no Estado do Brasil, são todos os navios obrigados a carregar delle as suas competentes lotações: He V. Magestade servido, que nenhum navio em que os referidos vinhos se carregarem possa levar o sal a garnel, mas sim o levarão em payoes de madeira como são obrigados, callafetando-os bem da parte em que os vinhos se carregarem, e metendo entre os vinhos, e o sal outros generos molhados, para que do modo possivel se evite o damno que da sua proxima communicação resulta aos vinhos, sob pena que o Capitão, ou Mestre que o contrario fizer pagará á Companhia em dobro todos os vinhos, que chegarem damnificados, e terá tres mezes de cadeya pela primeira vez, dobrando esta penas á proporção das reincidencias.

### §. XVIII.

**P**Ela administração do Provedor, e Deputados desta Companhia, e dos Feitores, ou Administradores que nella se empregarem no Estado do Brasil, e ordenados dos Caixeiros, que tiver na Cidade do Porto, lhes pertencerá sómente a commissão de seis por cento, contados na fórmula seguinte. Dous por cento sobre o emprego, e despezas, que se fizerem nas expedições da Companhia na Cidade do Porto; dous por cento nas vendas que se fizerem nos referidos portos do Estado do Brasil; e dous por cento



no producto dos retornos, e despesas na Cidade do Porto; com os quaes seis por cento ficará satisfeita toda a administração, que pertence ao commercio, sem que a Companhia seja obrigada a outra alguma despesa desta natureza; e só sim o será das que lhe resultão dos ordenados dos Ministros, e dos mais Officiaes, que haõ de compor o seu corpo Politico, e Economico, como tambem dos alugueres das casas, e armazens, que tudo será por conta da Companhia.

## §. XIX.

**P**Ara que esta Companhia se possa sustentar, e tenha hum lucro que seja compensativo dos encargos a que por esta fundação se sujeita, e dos beneficios que delles resultão ao bem commum das referidas Provincias: He V. Magestade servido concederlhe no Estado do Brasil nas quatro Capitanias de S. Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco o commercio exclusivo de todos os vinhos, aguas ardentes, e vinagres que se carregarem da Cidade do Porto para as sobreditas quatro Capitanias, e seus respectivos portos, para que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja possa mandar a elles os referidos generos, mais que a mesma Companhia, a qual usará do dito privilegio exclusivo na maneira seguinte.

## §. XX.

**A**S aguas ardentes, e vinagres não poderão ser vendidas pela dita Companhia nos portos referidos por mais de quinze por cento, livres para os seus interessados, do custo principal, vazilhas, carretos, embarques, direitos de entrada, e sahida, fretes, commissoens, hum por cento do cofre, e mais despesas que com elles se fizerem até o acto da venda, que tudo fará por conta dos Compradores. Os vinhos porém, attendendo ao mayor perigo que tem de se damnificarem na sua qualidade, e que por este principio estão mais proximos a causar algum prejuizo á mesma Companhia, não poderá esta vender por mais de dezeseis por cento, livres para ella de todos os gastos referidos.

## §. XXI.



## §. XXI.

**E** Para justificar as suas vendas, e que cumpre com a exactidão dos sobreditos preços, será obrigada a mandar aos seus respectivos Feitores, ou Administradores, as carregações em forma authentica assinadas por todos os Deputados, e munidas com o selo da Companhia, para assim as fazerem patentes ao povo, para que cada hum dos Compradores possa examinar nellas o verdadeiro valor dos generos, que houver apartado, nas quaes carregações se especificará com toda a individuação os custos, e mais despezas de cada hum dos referidos generos; em ordem a que nelles se não possa suspeitar a menor fraude.

## §. XXII.

**I**sto porém se entende sendo os referidos generos vendidos a dinheiro de contado, ou pagos, no caso de se venderem no preciso termo que se estipular, porque não pagando os devedores incorrerão na pena de pagarem mais cinco por cento de interesse por todo aquelle tempo que retardarem o pagamento, ou durar a execução que se lhes fizer. Porém se os ditos vinhos forem premutados a troco dos generos daquellas Capitanias, cujo valor he incerto, e depende do livre arbitrio dos Vendedores; neste caso ficará o ajuste a avença das partes; porque não seria justo que os habitantes daquelle Estado quizessem reputar tanto os seus generos, que causassem prejuizo á Companhia, nem que a Companhia os abatesse de sorte que dezanimasse a sua Agricultura.

## §. XXIII.

**P**orque tambem não seria justo, que a Companhia prejudicasse as pessoas que naquellas Capitanias vendem estes generos pelo miudo, tirandolhes o meyo de ganharem sua vida; não poderá a sobredita Companhia per si, ou por seus Feitores, vender nunca por miudo os generos referidos, nem fazer menor venda que a de huma pipa de cada hum dos referidos generos, as quaes se farão sempre nos armazens da dita Companhia, e nunca em tendas, ou seme-



femelhantes casas particulares, sob pena de que obrando os seus Feitores o contrario seraõ castigados por toda a desordem que disso resultar; ficando pelo mesmo facto inhabeis para servirem a Companhia, e para todos, e quaesquer Officios de Justiça, ou Fazenda; e sendo condemnados em cinco annos de degredo para Angola.

§. XXIV.

Nenhuma pessoa de qualquer qualidade, ou condicão que seja, poderá mandar, levar, ou introduzir, nas ditas Capitaniás de S. Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco, os referidos vinhos, vinagres, e aguas ardentes, que houverem de fahir nas esquadras da Cidade do Porto, ou forem producção das terras do Alto Douro; sob pena de perdimento delles, e de outro tanto quanto importar o seu valor; sendo tudo applicado, metade a favor da Companhia, e outra ametade a favor dos denunciantes, que poderãõ dar as suas denuncias em segredo, ou em publico (com tanto que se justifiquem pela corporal apprehensãõ) neste Reyno diante do Juiz Conservador da Companhia, e naquelle Estado perante o Ministro Presidente da respectiva Casa da Inspeccão, ou Ouvidores geraes, onde não houver Inspectores: Os quaes todos faraõ notificar as denunciaçoens aos Feitores da Companhia para serem partes nellas, vencendo o quinto do seu valor; e não o cumprindo assim se haverá por sua fazenda o damno, que disso resultar.

§. XXV.

Succedendo porém que alguns dos Lavradores de vinhos se não accomodem aos preços determinados no §. XIV. e queiraõ navegar os de sua lavra para os referidos portos do Brasil, o poderãõ fazer por maõ dos Directores desta Companhia; os quaes por conta, e risco dos mesmos Lavradores os mandarãõ aos seus Feitores para que os vendaõ no referido Estado, pelos mesmos preços que venderem os proprios da Companhia; e de nenhum modo com excesso mayor, com tanto que a sua qualidade seja competente aos preços referidos. E por isso mesmo que o dito Lavrador se não quiz accomodar aos preços estipulados naquella occasiãõ, ficará excluido, para que a Companhia em nenhuma outra seja obrigada a  
tomar-



tomarlhe os seusinhos aos preços referidos. E do seu producto abatidas as commissoens, na fórma estabelecida, e todas as mais despezas que se fizerem com os retornos, embolçará a Companhia aos mesmos Lavradores, logo que delle seja embolçado, bem entendido que todos os gastos que se fizerem com os referidosinhos até se porem a bordo serão feitos pelo proprio Lavrador, e não pela Companhia.

## §. XXVI.

**S**endo que á Companhia pareça util estender o seu commercio dosinhos, e aguas ardentes aos paizes Estrangeiros na Europa, o poderá fazer pagando os direitos que no mesmo commercio se achão estabelecidos, como tambem os de entrada nas Alfandegas dos generos, que trazer em retorno; e para esse effeito poderá a Companhia ter os navios que lhe forem necessarios, que poderá expedir como melhor lhe parecer sem impedimento algum, e sem que nelles, ou nas suas equipagens se lhe possa fazer o menor embaraço, ou se lhe tomem ainda que seja a titulo do serviço de V. Magestade.

## §. XXVII.

**P**agará a Companhia todos os direitos que até o presente se costumão pagar dos generos referidos, tanto neste Reyno, como no referido Estado do Brasil; do mesmo modo que atégora se tem praticado: E o mesmo se observará com os retornos, que do mesmo Estado do Brasil trazer para o Reyno.

## §. XXVIII.

**S**endo notorio o gravissimo prejuizo que tem causado á reputação dosinhos do Douro, e por consequencia á sua Agricultura, a liberdade com que até o presente se tem nelles commercio, e a excessiva quantidade de taverneiros, que pelo miudo os vendem ao ramo na Cidade do Porto, e lugares circumvizinhos, procurando cada hum adulterar a sua pureza natural com lotações, e composições estranhas; e sendo tudo o contrario ao  
que



que se acha determinado pelo Alvará de vinte e tres de Fevereiro de mil e seiscentos e cinco, Auto de Vereação de dezoito de Junho de mil setecentos cincoenta e cinco, e Provisão da Mesa do Desembargo do Paço de vinte e tres de Agosto do mesmo anno: He V. Magestade servido para occorrer a estes inconvenientes, mandar, que na Cidade do Porto, e nos lugares circumvizinhos em distancia de tres legoas se não possa vender ao ramo nenhum vinho que não seja de conta desta Companhia, a qual para esse effeito comprará os que forem necessarios aos seus proprietarios, e sobre o preço, e mais despezas que com elles fizer de carretos, vasilhas, direitos, armazens, e vendagem, ou outras algumas miudezas não pertencerá mais de hum por cento ao Provedor, e Deputados desta Companhia pela sua commissão, de cujo producto pagarão aos Feitores que se empregarem neste ministerio; e o mais lucro pertencerá aos interessados na mesma Companhia por avanço liquido para entre elles se repartir na fôrma que fica determinado no §. IV. E para que esta disposição se ponha em pratica, tanto pelo que respeita á compra, como pelo que pertence á venda dos ditos vinhos, sem vexação attendivel das partes, se observará o disposto nos §§. seguintes.

### §. XXIX.

**D**Evendo-se separar inteira, e absolutamente para o embarque da America, e Reynos Estrangeiros os vinhos das Costas do Alto Douro, e do seu territorio de todos os outros vinhos, dos lugares, que sómente os produzem capazes de se beber na terra, para que desta forte a inferioridade destes vinhos não arruine a reputação que aquelles merecem pela sua bondade natural: He V. Magestade servido que com a mayor brevidade se faça hum Mappa, e Tombo geral, das duas Costas Septentrional, e Meridional do Rio Douro, no qual se demarque todo aquelle territorio que produz os verdadeiros vinhos de carregação, que são capazes de sahir pela barra do mesmo Rio: especificando-se cada hum per si, as grandes, e pequenas fazendas deste genero, e declarando-se por huma estimação commua, ou media calculada pelas produções dos ultimos cinco annos proximos preteritos o que costuma dar cada huma das ditas fazendas, para que os donos dellas, nem pos-  
d
saõ



saõ vender sem manifestarem á Companhia o que vendem, nem possaõ ser admittidos a vender mayor numero de pipas á Companhia, ou aos Estrangeiros, do que aquelle que no dito registo lhes for determinado sob pena de que excedendo nas vendas as ditas quantidades pagarão anoveado o excesso, e ficarão inhibidos para mais não venderem vinhos para fóra do Reyno.

## §. XXX.

**D**As terras que ficarem fóra da sobredita demarcação se não poderão transportar vinho algum para dentro do territorio della sem trazer cartas de guia passadas por todo o corpo das Camaras, dos lugares donde os taes vinhos sahirem, as quaes guias declarão a sua destinação; o uso a que vem dirigidos; o nome do Lavrador, e da fazenda em que se colherem; as pessoas a quem vão remettidos; e o caminho recto por onde se devem transportar; cujas guias na sobredita fórma serão apresentadas aos Commissarios, que a Companhia tiver nomeado nos respectivos lugares, para conhecerem se com effeito se faz delles o uso a que vem destinados. Tudo isto debaixo das penas, de que o vinho que for transportado sem guias expedidas na sobredita fórma, ou que for achado fóra dos caminhos directos, e estradas commuas será confiscado a favor da Companhia. E isto para que não succeda que os vinhos roins se lo-tem com os bons para augmentar a sua quantidade em prejuizo da sua reputação, e da Companhia, e Estrangeiros que os haõ de comprar. E sendo que succeda acharemse os vinhos inferiores introduzidos em casas não approvadas para os receberem pelas Camaras, com consentimento da Companhia, serão não só confiscados os mesmos vinhos, mas aquellas pessoas em cujas mãos forem achados, serão condemnadas no tresdobro do seu valor a beneficio da mesma Companhia.

## §. XXXI.

**S**Emelhantemente para que nos paizes Estrangeiros onde são transportados os vinhos, que se devem qualificar na sobredita fórma, se não possaõ introduzir por fraude outros adulterados, e de ruim mistura: Nenhuma pessoa de qualquer qualidade, ou condição que seja, debaixo das penas que assim ficam ordenadas, poderá



derá embarcar para a Cidade do Porto alguns vinhos sem virem dirigidos com cartas de guia de casa dos Lavradores á Mesa da administração da Companhia, que achando-os conformes lhes mandará pôr a marca da sua approvação para se embarcarem para fóra do Reyno; achando que são de outra inferior qualidade lhes mandará pôr a marca de inferiores para se consumirem na terra, ou no Reyno; e achando-os capazes de embarque para o Brasil, ou para os Reynos Estrangeiros se lhes dará licença para a venda, e será a Mesa da mesma Companhia obrigada a formar annualmente hum registo geral, e particular de todas as pipas de vinho qualificado, que se embarcarem para fahir pela barra do Porto para se navegar na sobredita fórma; pondo em cada huma dellas com fogo a marca da sua approvação; dirigindo-as com guias assinadas pelo Provedor com todos os Deputados da Companhia ás respectivas Alfandegas para onde forem navegadas; e declarando nas mesmas guias os nomes das pessoas que fizerem as carregações, e o certo numero de pipas que cada huma das ditas pessoas carregar, ainda que não seja mais de huma só pipa, ou de hum só barril; a fim de que succedendo querer-se introduzir nos sobreditos paizes Estrangeiros quaesquer vinhos sem guia, ou em quantidades que excedaõ o numero que constar das mesmas guias, suppondo-se que são vinhos da producção do Alto Douro, se manifeste logo o engano nas respectivas Alfandegas dos sobreditos paizes Estrangeiros, constando claramente em ambos os referidos casos que o vinho he da producção de diferentes terras, e sujeito ás misturas, e fraudes que a Companhia procura obviar em commum beneficio. E para mayor segurança remetterá a mesma Companhia no fim de cada anno para os diferentes portos da America, e da Europa, para onde se transportarem vinhos, huma relação geral impressa, e qualificada na sobredita fórma, com os nomes dos Carregadores, e com a declaração do que cada hum delles carregou para que chegue á noticia de todos.

### §. XXXII.

**P**ara na Cidade do Porto se vender o vinho ao ramo, não haverá mais taverneiros que os noventa e cinco determinados pelo Alvará de vinte e tres de Fevereiro de mil seiscentos e cinco; Auto de Vereação de dezoito de Junho de mil setecentos cincoenta e cinco; e Pro-



e Provisão da Mesa do Desembargo do Paço de vinte e tres de Agosto do mesmo anno; de tal forte, que nem se altere o numero das ditas tavernas; nem se alterem os lugares, que para ellas forem determinados; nem tão pouco possa ser admittido em alguma dellas taverneiro, que não seja approvado, e qualificado pela Mesa da Companhia; sob pena de confiscação a favor da mesma Companhia de todo o vinho que for achado nas tavernas não approvadas na forma referida, e de seis mezes de cadeya aos que nellas se acharem vendendo; dobrando, e triplicando esta pena nos casos de reincidencia dos taverneiros, ou donos dos vinhos a quem se impozer.

§. XXXIII.

**P**ara que os Lavradores de vinho, e Compradores delles se possam reger sobre principios certos, sem que a lavoura pertenda tirar das vendas lucros prejudiciaes ao commercio, nem o commercio no barateyo das compras do genero possa arruinar a lavoura; pagará a Companhia inalteravelmente todos os vinhos que tirar para o seu embarque pelos preços de vinte cinco, e de vinte mil reis cada pipa, segundo as suas duas differentes qualidades na forma que fica declarado pelo §. XIV: de tal forte, que ainda no caso de haver grande falta dos sobreditos vinhos qualificados, e grande sahida para elles, não poderão os da primeira qualidade exceder o preço de trinta mil reis por cada pipa, e de vinte e cinco mil reis os da segunda. Os que porém não forem capazes de embarque sendo sufficientes para o consumo da terra serão comprados, e vendidos pela mesma Companhia, tambem por preços certos, e determinados na maneira seguinte. Os que forem da producção das terras, que jazem do Porto até Arnellas, serão comprados a razão de quatro mil reis por cada pipa, e vendidos, fazendo a Companhia todas as despezas delles por sua conta, a razão de dez reis cada quartilho: Os que forem da producção das terras, que jazem de Arnellas, até Bayão, serão comprados a razão de cinco mil reis por cada pipa, e vendidos na mesma forma a razão de doze reis cada quartilho: Os que forem da producção de Anse de, e seu districto, que se demarcará logo na sobredita forma, serão comprados a razão de seis mil reis por cada pipa, e vendidos semelhantemente a razão de doze reis e meyo por quartilho: Os que forem da producção das terras de Barqueiros, Mezaõ-



Mezaõfrio , Barró , e Penhajoya feraõ comprados a razaõ de oito mil reis por cada pipa , e vendidos na mesma fõrma a razaõ de quinze reis cada quartilho : Os outros vinhos maduros dos Altos de fima do Douro , que ficarem fõra da demarcaçaõ das terras que produzem os vinhos de embarque feraõ comprados a razaõ de doze mil reis por cada pipa , e vendidos na mesma conformidade a razaõ de hum vintem cada quartilho : fazendo o Provedor , e Deputados da Companhia distribuir todos os referidos vinhos pelas tavernas para serem vendidos ao ramo na fõrma estabelecida pelo §. XXVIII. com tal declaraçaõ que para cada huma das sobreditas especies de vinhos prevenirá a dita Companhia vazilhas marcadas com fogo , que distinguaõ as suas differentes qualidades e preços : e que o taverneiro que alterar a referida ordem , ou metendo nas pipas das qualidades superiores os vinhos inferiores , ou misturando-os , pela primeira vez pagará cem mil reis , perderá todo o vinho que lhe for achado em beneficio do accusador , e terá seis mezes de cadeya ; pela segunda se dobraráõ as mesmas penas ; e pela terceira , além dellas , ferá publicamente açoutado , e degradado para o Reyno de Angola. E porque haverá vinhos de taõ má qualidade que só sirvaõ para se queimarem , ou reduzirem a vinagre , a Companhia dará promptamente licenças aos donos de semelhantes vinhos para os reduzirem a aguas ardentes , ou vinagres ; e querendo fazer os seus provimentos destes dous generos os comprará a avença das partes.

## §. XXXIV.

**S**Endo em alguns annos a producçaõ dos vinhos em tanta redundancia que a Companhia lhe não possa dar prompta fahida , nem para o consumo da America , nem para o da Cidade do Porto , ficará livre aos Lavradores poderem vender , e fazer transportar este genero para o consumo das terras do Reyno , que bem lhes parecer , com tanto que o façaõ para terras , onde não haja prohibiçaõ ; e que devendo fahir pela barra , leve nos cascos a marca da sua qualidade , e aguia da Companhia para se saber para onde vai ; e para que não possa passar aos paizes Estrangeiros com os inconvenientes asima ponderados.

## §. XXXV.



## §. XXXV.

**S**endo esta Companhia formada do cabedal, e substancia propria dos interessados nella, sem entrarem cabedaes da Fazenda Real: e sendo livre a cada hum dispor dos seus proprios bens como lhe parecer, que mais lhe póde ser conveniente: Seraõ a dita Companhia, e governo della immediatos á Real Pessoa de V. Magestade, e independentes de todos os Tribunaes mayores, e menores, de tal forte, que por nenhum caso, ou accidente se intrometa nella, nem nas suas dependencias Ministro, ou Tribunal algum de V. Magestade, nem lhe possaõ impedir, ou encontrar a administração de tudo o que a ella tocar, nem pedirem-selhe contas do que obrarem, porque ellas devem dar os Deputados, que sahirem, aos que entrarem, na fórma que fica disposto no §. IV. E isto com inhibição a todos os ditos Tribunaes, e Ministros, e sem embargo das suas respectivas jurisdicções; porque ainda que pareça que o maneyo dos negocios da mesma Companhia respeita a estas, ou áquellas jurisdicções, como elles não tocam á Fazenda de V. Magestade, se não ás pessoas que na dita Companhia metem seus cabedaes, per si os haõ de governar com a jurisdicção separada, e privativa, que V. Magestade lhes concede. Querendo porém algum Tribunal saber da Mesa desta Administração alguma cousa concernente ao Real serviço fará escrever pelo seu Secretario ao da referida Mesa, que sendo por elle informada lhe ordenará o que deve responder. Quando seja cousa a que a Mesa ache que lhe não convem deferir, o Tribunal que houver feito a pergunta, poderá consultar a V. Magestade para que ouvindo a sobredita Mesa resolva entaõ o que mais for servido.

## §. XXXVI.

**S**uccedendo falecerem na America, ou em outra parte os Administradores, e Feitores desta Companhia, não poderão nunca intrometerse na arrecadação dos seus livros, e espolios os Juizes dos Defuntos, e Ausentes, nem os Juizes dos Orfãos, ou outro algum que não seja o da Administração da Companhia nos respectivos lugares, onde os sobreditos Administradores, e Feitores falecerem;



cerem ; a qual Administração arrecadará os referidos livros, e espolios, e delles dará conta á Mesa da Companhia na Cidade do Porto, para que separando o que lhe pertencer com preferencia a quaesquer outras acçoens mande entaõ entregar os remanecentes aos Juizes, ou partes aonde, e a quem pertencer ; o que se entenderá tambem a respeito dos Caixas, e Administradores da Cidade do Porto, com os quaes ajustará a Companhia contas na sobredita forma, até á hora do seu falecimento, ouvidos os herdeiros, aos quaes de nenhum modo poderá nunca passar o direito de Administração, que será sempre intransmissivel.

§. XXXVII.

**A**S dividas que se deverem a esta Companhia, que sejaõ procedidas de effeitos della, e naõ de outra qualquer natureza : Ha V. Magestade por bem, que se cobrem a favor da Companhia pelo seu Juiz Conservador, ou pelos Ministros a quem se requerer a sua execuçaõ em toda a parte como fazenda de V. Magestade sem embargo de quaesquer privilegios, ou resoluçoens de V. Magestade, que os devedores possaõ allegar em contrario.

§. XXXVIII.

**H**A outro sim V. Magestade por bem que todas as pessoas do commercio de qualquer qualidade que sejaõ, e por mayor privilegio que tenhaõ, sendo chamadas á Mesa da Companhia para negocio da Administração della, sejaõ obrigadas a ir promptamente ; e naõ o fazendo assim, o Juiz Conservador procederá contra elles como melhor lhe parecer.

§. XXXIX.

**T**Odas as pessoas que entrarem nesta Companhia com seis mil cruzados de Acçoens, e dahi para cima usaráõ em quanto ella durar do privilegio de homenagem na sua propria casa ; naquelles casos em que ella se costuma conceder : E os Officiaes actuaes della feraõ isentos dos Alardos, e Companhias de pé, e de cavallo, levadas, e mostras geraes, pela occupaçaõ que haõ de ter. E o commercio



mercio que nella se fizer na sobredita fôrma pelo meyo de Acçoens, ou pelos cargos que se exercitarem na Mesa da Companhia nos lugares de Provedor, e Deputados della, não só não prejudicarão á nobreza das pessoas, que o fizerem, no caso que a tenham herdada; mas antes pelo contrario será meyo proprio para se alcançar a nobreza adquerida: de sorte que os ditos Vogaes, confirmados por V. Magestade para servirem nesta primeira Fundação, ficarão habilitados para poderem receber os Habitos das Ordens Militares, sem dispensa de mecanica, e para seus filhos lerem sem ella no Desembargo do Paço; com tanto que depois de haverem exercitado a dita occupação não vendaõ per si em logeas, ou tendas por miudo, ou não tenham exercicio indecente ao dito cargo, depois de o haverem servido; o que com tudo só terá lugar nas Eleições seguintes a favor das pessoas, que occuparem os lugares de Provedor, e Vice Provedor, depois de haverem servido pelo menos dous annos completos com satisfação da Companhia.

## §. XL.

**A**S offensas que se fizerem a qualquer Official da Companhia por obra, ou por palavra sobre materia de seu officio serão castigadas pelo Conservador, como se fossem feitas aos Officiaes de Justiça de V. Magestade.

## §. XLI.

**D**E nenhum modo se poderão intrometer os Corretores com as compras, ou vendas dos effeitos que pertencerem a esta Companhia, e só quando os seus Administradores se queiraõ delles servir no ajuste de alguma negociação, lhe pagarão por isso o estipendio, em que se ajustarem: o que aliás não terão obrigação de fazer.

## §. XLII.

**A**inda que á Companhia determina obrar tudo o que tocar ao apresto, e expedição das suas carregações, e navios com toda a suavidade, e sem usar dos meynos do rigor, como toda via póde ser necessario para muitas cousas valer-se dos Ministros de Justiça:



tiça : He V. Magestade servido que para o sobredito effeito possa a Mesa pelo seu Juiz Conservador enviar recado aos Juizes do Crime, e Alcaides da Cidade do Porto para que fação o que se lhes ordenar : E o serviço que nisto fizerem lhes haverá V. Magestade como se fora feito a bem do serviço Real para por elle serem remunerados por V. Magestade em seus despachos, apresentando os ditos Juizes para isso certidão da dita Mesa : E pelo contrario se não acodirem a esta obrigação lhes será estranhado, e se lhes dará em culpa nas suas residencias.

### §. XLIII.

**F**Az V. Magestade merce ao Provedor, e Deputados desta Companhia, Secretario, Confelheiros della, que não possaõ fer prezos, em quanto servirem os ditos cargos por ordem de Tribunal, Cabo de guerra, ou Ministro algum de Justiça por caso Civil, ou Crime (salvo se for infraganti delicto) sem ordem do seu Juiz Conservador : E que os seus Feitores, e Officiaes, que forem ás Provincias, e outros lugares fóra da Cidade do Porto fazer compras, e executar as commissoens, de que forem encarregados, possaõ usar de todas as armas brancas, e de fogo necessarias para a sua segurança, e dos cabedaes, que levarem ; com tanto que para o fazerem levem cartas expedidas pelo Juiz Conservador da Companhia no Real nome de V. Magestade.

### §. XLIV.

**S**Endo o fundo, ou Capital desta Companhia de hum milhaõ, e duzentos mil cruzados, repartido em Acçoens de quatrocentos mil reis cada huma, como já fica determinado no §. X., cada interessado poderá ter huma, ou muitas Acçoens, como bem lhe parecer, com tanto que em completando o numero de dez mil cruzados, que são as bastantes para qualificar os Accionistas para os empregos da Administração della, as que mais excederem a esta quantia não passem do segredo dos livros da Companhia ás relaçoens publicas, que se devem distribuir pelos Vogaes nos actos das novas eleições.



## §. XLV.

**P**ara receber as fomas competentes ás sobreditas Acçoens estará a Companhia aberta, a saber: Para a Cidade do Porto, e para o Reyno todo por tempo de cinco mezes: Para as Ilhas dos Açores, e Madeira, por sete: E para toda a America Portuguesa, por hum anno: correndo estes termos do dia, em que os Editaes forem postos para que venha á noticia de todos. E passando os sobreditos termos, ou se antes delles se findarem for completo o referido Capital de hum milhaõ, e duzentos mil cruzados, se fechará a Companhia para nella não poder entrar mais pessoa alguma. Com declaração que das Acçoens, com que cada hum entrar no tempo competente bastará que dê logo ametade, e para a outra ametade se lhe daraõ esperas de seis mezes, contados do dia em que os ditos Editaes forem postos, para satisfazella em duas pagas de tres em tres mezes cada huma.

## §. XLVI.

**A**s pessoas que entrarem com as sobreditas Acçoens ou sejaõ nacionaes, ou Estrangeiras poderãõ dar ao preço dellas aquella natureza, e destinação que melhor lhes parecer, ainda que seja de morgado, Capella, fideicommisso, temporal, ou perpetuo, doação entre vivos, ou causa mortis, e outros semelhantes, fazendo as vocaçoens, e usando das disposiçoens, e clausulas, que bem lhes parecerem, as quaes todas V. Magestade ha por bem approvar, e confirmar desde logo de seu motu proprio, certa sciencia, Poder Real, Pleno, e Supremo; não obstante quaesquer disposiçoens contrarias, ainda que de sua natureza requeiraõ especial menção, assim, e da mesma sorte que se as ditas disposiçoens, vocaçoens, e clausulas fossem escritas em doaçõens feitas por titulo oneroso, ou em testamentos confirmados pela morte dos Testadores: Pois que se o Direito fundado na liberdade natural que cada hum tem de dispor livremente do seu authoriza os Doadores, e Testadores para contratarem, e disporem na sobredita fórma em beneficio das familias, e das pessoas particulares, muito mais se podem authorizar os sobreditos Accionistas na referida fórma, quando



do aos titulos onerosos dos contratos, que elles fazem com a Companhia, e a Companhia com V. Magestade accrescem os beneficios que deste estabelecimento se seguem ao serviço de V. Magestade, ao bem commum do seu Reyno, e á conservação, e estimação de hum genero que actualmente se acha em tanta decadencia, sendo tão importante.

§. XLVII.

**O** Dinheiro que nesta Companhia se meter se não poderá tirar durante o tempo della, que será o de vinte annos contados do dia em que partir a primeira esquadra por ella despachada; os quaes annos se poderão com tudo prorogar por mais dez, parecendo á Companhia supplicallo assim, e sendo V. Magestade servido concederlhos: Porém para que as pessoas que entrarem com os seus cabedaes se possaõ valer delles, poderão vender as Acçoens que tiverem em todo, ou em parte, como se fossem Padroens de Juro, pelos preços, em que se ajustarem, fazendo sessoens nas mesmas Acçoens a favor das pessoas, que as comprarem; de cujos contratos se dará immediatamente parte á Mesa da Companhia que mandará tomar as clarezas necessarias das ditas sessoens sem por isso levarem emolumento algum, abrindo novos titulos a favor dos novos Accionistas, e pondo verbas nos que tiverem os que as taes Acçoens venderem, por onde conste das vendas, que dellas fizeraõ, fazendo-se de tudo as clarezas necessarias nas mesmas Acçoens que servirão de titulos aos novos Accionistas. O que tudo se entende em quanto a sobredita Companhia se conservar com o governo mercantil, e com os privilegios que V. Magestade ha por bem concederlhe na maneira asima declarada; porque alterando-se a fórma do dito governo mercantil, ou faltando o cumprimento dos mesmos privilegios, será livre a cada hum dos Accionistas o poder pedir logo o Capital de suas Acçoens com os interesses que até esse dia lhe tocarem; confirmando-o V. Magestade assim com as mesmas clausulas para se observar literal, e inviolavelmente sem interpretação, modificação, ou intelligencia alguma, defeito, ou direito que em contrario se possa considerar.

§. XLVIII.



## §. XLVIII.

**O**S interesses que produzir esta Companhia se repartirão pela primeira vez no mez de Julho do terceiro anno, que ha de correr depois da partida da primeira esquadra, em que a Companhia remetter as suas carregações para o Brasil, e dahi em diante se ficarão depois dividindo os ditos interesses annual, e successivamente pro rata no referido mez de Julho, sem embargo que os Deputados hajaõ de exercer a sua Administração por mais de hum anno.

## §. XLIX.

**A**S Acções, e interesses que se acharem depois de serem finados os vinte annos que constituem o prazo da Companhia, ou o termo pelo qual ella for prorogada, tendo a natureza de vinculo, Capella fideicommissõ temporal, ou perpetuo, ou sendo pertencentes a pessoas ausentes, se passarão logo dos cofres da Companhia para o deposito geral da Corte, e Cidade de Lisboa, onde seraõ guardados com a segurança que de si tem o mesmo deposito para delle se empregarem, applicarem, ou entregarem conforme as disposições das pessoas, que os houverem gravado ao tempo, em que os meterem na Companhia. Porém naquellas Acções, que não tiverem semelhantes encargos, e forem allodiaes, e livres, se não requererá, nem pedirá para a entrega das suas importancias outra alguma legitimação que não seja a Apolice da mesma Acção, entregando-se o dinheiro a quem a mostrar, para ficar no cofre servindo de descarga da sobredita Acção, pois que para a cobrança dellas, não seraõ nunca de uso os traslados, requerendose sempre os proprios originaes.

## §. L.

**T**udo isto se extenderá aos Estrangeiros, e pessoas, que viverem fóra do Reyno de qualquer qualidade, e condição que sejaõ. E sendo caso que durante o referido prazo de vinte annos, ou o da prorogação delles tenha esta Coroa guerra ( o que Deos não permitta ) com qualquer outra Potencia, cujos Vassallos te-  
nhaõ



nhaõ metido nesta Companhia os seus cabedaes, nem por isso se fará nelles, e nos seus avanços arresto, embargo, sequestro, ou reprezalia; antes ficarão de tal modo livres, isentos, e seguro, como se cada hum os tivera em sua casa. Merce que V. Magestade faz a esta Companhia pelos motivos asima declarados; e que assim lhe promette cumprir debaixo da sua Real palavra.

## §. LI.

**E** Porque haverá muitas cousas no decurso do tempo que de presente não podem occorrer para se expressar, concede V. Magestade licença á dita Companhia para lhas poder representar nas occasioens, que se offerecerem pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reyno para V. Magestade resolver nellas, o que mais convier ao seu Real serviço, e bem commum de seus Vassallos, e da mesma Companhia: a qual o fará assim, ainda nos casos do seu expediente, quando parecer a algum dos Deputados requerer que o tal caso se faça presente a V. Magestade, com tanto que isto se pratique nos negocios graves, e de consequencias importantes para o serviço Real, para o bem commum do Reyno, ou para algum negocio grave da Companhia.

## §. LII.

**S**Endo de grande utilidade estabelecerse tempo fixo para a partida das esquadras da Cidade do Porto para o Estado do Brasil, tanto para que os vinhos se possaõ navegar no proprio tempo, como para que os moradores daquellas Capitanias possaõ fazer em tempo certo os provimentos que necessitaõ: He V. Magestade servido que as esquadras que houverem de ir daquella Cidade para as ditas Capitanias fayaõ precisamente nas aguas altas do mez de Setembro, ou ao mais tardar nas primeiras de Outubro de cada hum anno sob pena de que os navios que obrarem o contrario não possaõ sair antes de outro semelhante tempo do anno seguinte; e que se lhes não concederá licença para carregarem, ou sahirem em outro algum tempo.

## §. LIII.



## §. LIII.

**E** Porque V. Magestade ouvindo os supplicantes, foy servido nomear os abaixo declarados para o estabelecimento, e governo desta Companhia nos primeiros tres annos: Todos elles assignão este papel em nome dos ditos Lavradores, e Homens Bons da Cidade do Porto; obrigando por si os cabedaes, com que entraõ nesta Companhia, e em geral os das pessoas que nella entrarem, tambem pelas suas entradas sómente: Para que V. Magestade se sirva de confirmar a dita Companhia com todas as clausulas, preeminencias, merces, e condiçoens conteúdas neste papel, e com todas as firmezas, que para a sua validade, e segurança forem necessarias. Porto em trinta e hum de Agosto de mil setecentos e cincoenta e seis.

*Sebastião Joseph de Carvalho e Mello.*

*Joseph da Costa Ribeiro.*

*Luiz Beleza de Andrade.*

*Joseph Pinto da Cunha.*

*Joseph Monteiro de Carvalho.*

*Custodio dos Santos Alvares Brito.*

*João Pacheco Pereira.*

*Luiz de Magalhaens Coutinho.*

*Antonio de Araujo Freire de Sousa e Veiga.*

*Manoel Rodrigues Braga.*

*Francisco João de Carvalho.*

*Domingos Joseph Nogueira.*

*Francisco Martins da Luz.*

*Francisco Barbosa dos Santos.*

*Luiz Diogo de Moura Coutinho.*

*Eu*



**E**U ElRey. Faço saber aos que este Alvará de confirmação virem, que havendo visto, e considerado com pessoas do meu Conselho, e outros Ministros Doutos, experimentados, e zelosos do serviço de Deos, e meu, e do bem commum dos meus Vassallos, que me pareceo consultar, os cincoenta e tres capitulos, e condicoens conteúdos nas trinta e tres meyas folhas a traz escritas, rubricadas por Sebastião Joseph de Carvalho e Mello, do meu Conselho, e Secretario de Estado dos Negocios do Reyno, que os principaes Lavradores de sima do Douro, e Homens Bons da Cidade do Porto, nellas ennuuciados, fizeraõ, e ordenaraõ com meu Real consentimento, para formarem huma Companhia, que sustentando competentemente a cultura das vinhas do Alto Douro, conserve ao mesmo tempo as produçoens dellas na sua pureza natural, em beneficio do commercio Nacional, e Estrangeiro, e da saude dos meus Vassallos, sem alguma despesa da minha Fazenda, antes com beneficio della, e do bem commum dos meus Reynos: E porque sendo examinadas as mesmas condicoens com maduro conselho, e prudente deliberação, se achou não só serem convenientes, e com ellas a mesma Companhia, contendo esta, notoria utilidade da mesma Cidade do Porto, e Provincias a ella adjacentes, mas tambem o grande serviço, que neste particular faz a dita Companhia, e as pessoas, que com ella promovem o commercio, e a agricultura por hum tão util, e solido estabelecimento: Hey por bem, e me praz de lbe confirmar todas as ditas condicoens, e cada hum em particular, como se de verbo ad verbum, aqui fossem insertas, e declaradas, e por este meu Alvará lhas confirmo de meu proprio motu, certa sciencia, poder Real, e absoluto, para que se cumprãõ, e guardem inteiramente como nellas se contém: E quero que esta confirmação em tudo, e por tudo lbes seja observada inviolavelmente, e nunca possa revogar-se, mas sempre como firme, valida, e perpetua, esteja em sua força, e vigor, sem diminuição, e lbe não seja posto, nem possa pôr duvida alguma a seu cumprimento, em parte nem em todo, em Juizo, nem fóra delle, e se entenda sempre ser feita na melhor forma, e no melhor sentido, que se possa dizer, e entender a favor da mesma Companhia, e do commercio, e conservação delle: Havendo por suppridas (como se postas fossem neste Alvará) todas as clausulas, e solemnidades de feito, e de Direito, que necessarias forem para a sua  
firme-



*firmeza; e derogo, e hey por derogadas todas, e quadesquer Leys, Direitos, Ordenaçoens, Capitulos de Cortes, Provisõens, Extravagantes, e outros Alvarás, opinioens de Doutores, que em contrario das condicoens da mesma Companhia, ou de cada hum das dellas possa haver por qualquer via, ou por qualquer modo, posto que taes sejaõ, que fosse necessario fazer aqui dellas especial, e expressa relação de verbo ad verbum, sem embargo da Ordenação do livro segundo titulo quarenta e quatro, que dispoem não se entender ser por Mim derogada Ordenação nenhuma, se da substancia della se não fizer declarada menção: E para mayor firmeza, e irrevocabelidade desta confirmação prometto, e seguro de assim o cumprir, e fazer cumprir, e manter, e lha não revogar debaixo da minha Real palavra, sustentando aos interessados nesta Companhia na conservação della, e do seu commercio como seu Protector, que sou: E terá este Alvará força de Ley; para que sempre fique em seu vigor a confirmação das ditas condicoens, e capitulos, que nella se contém sem alteração alguma. Pelo que, mando ao Desembargo do Paço, e Casa da Supplicação, Conselho da Fazenda, e Ultramar, Mesa da Consciencia, Camera da Cidade do Porto, e mais Conselhos, e Tribunaes; e bem assim aos Governadores, e Capitaens Generaes do Brasil, Capitaens mōres, Provedores da Fazenda, Ouvidores geraes, e Camaras daquelle Estado, e a todos os Desembargadores, Corregedores, Juizes, e Justicas de meus Reynos, e Senhorios, que assim o cumprão, e guardem, e fação cumprir, e guardar, sem duvida, nem embargo algum, não admittindo requerimento, que impida em todo, ou em parte o effeito das ditas condicoens por tocar á Mesa dos Deputados da Companhia tudo o que a elle diz respeito. E hey por bem, que este Alvará valha como carta, sem passar pela Chancellaria, e sem embargo da Ordenação livro segundo titulo trinta e nove em contrario, posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno. Dado em Belem a dez de Setembro de 1756.*

**REY.**

Sebastião Joseph de Carvalho e Mello.

Alvará



**A**lvará porque V. Magestade ha por bem pelos respeitos nelle declarados confirmar os cincoenta e tres capitulos, e condiçoens conteúdos nas trinta e tres meyas folhas a traz escritas, que os principaes Lavradores de sima do Douro, e Homens Bons da Cidade do Porto fizeraõ, e ordenaraõ com o Real consentimento de V. Magestade, para formarem huma Companhia, que sustentando a cultura das vinhas, conserve as producçoens dellas na sua pureza natural em beneficio da lavoura, do commercio, e da saude publica.

Para V. Magestade ver.

*Joaquim Joseph Borralho o fez.*

Registado na Secretaria de Estado dos negocios do Reyno no livro 1. da sobredita Companhia a fol. 1. cum seqq.

**P**oderá o Impressor Miguel Rodrigues estampar os capitulos, e condiçoens da Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro; porque para esse effeito por este Decreto sómente lhe concedo a licença neccessaria. Belem treze de Setembro de mil setecentos cincoenta e seis.

*Com a rubrica de Sua Magestade.*

Registado



**A** lvará porque V. Magestade ha por bem pelos respetos nella  
declarações confirmas os cincoenta e tres capitulos, e condi-  
ções contidos nas trinta e tres meyas folhas a tres elctas, que  
os principaes Lavadores de Lima do Douro, e Homens Bons da Ci-  
dade do Porto fizeram, e cederam com o Real consentimento de  
V. Magestade, para formarem huma Companhia, que sustentando  
a cultura das vinhas, conserve as produções dellas na sua puzera  
natural em beneficio da lavoura, do commercio, e da saúde publica.

Para V. Magestade ver.

João de Barros, Secretario de Estado dos negocios do Reyno,  
Registado na Secreteria de Estado dos negocios do Reyno,  
no livro 1. da Sobredita Companhia a fol. 1. cum sedd.

de Brás, Capitães-mores, Provedores da Fazenda, Ouvidores  
da Camara daquelle Estado, e a todos os Desembargadores,  
Conselheiros, Juizes, e Officiaes de nossa Real e Catholica  
Majestade.

**P**oderá o Imperior Miguel Rodrigues estampar  
os capitulos, e condições da Companhia Ge-  
ral da Agricultura das vinhas do Alto Douro; porque  
para esse effeito por este Decreto somente lhe concedo  
a licença necessaria. Belem treze de Setembro de mil  
setecentos cincoenta e seis.

Com a rubrica de Sua Magestade.

Registado  
Alvará e Officiaes de Real e Catholica  
Majestade.

Alvará





ENDO-ME presente que houve pessoas  
taes , e taõ barbaras , que se atreveraõ a  
proferir , que poderia haver quem atten-  
tasse contra a vida de alguns dos Ministros ,  
que comigo despachaõ , e executaõ as Mi-  
nhas Reaes Determinaçoes . E conside-  
rando o horroroso escandalo , que similhan-  
tes palavras causariaõ na Religiaõ , Civili-  
dade , e Obediencia dos meus fiéis Vassal-  
los : Sou servido que o Desembargador Pedro Gonçalves Cor-  
deiro , Deputado da Mesa da Consciencia , e Ordens , proce-  
da logo a huma exacta averiguação , e Devaça ( que ficará  
sempre aberta sem limitação de tempo , nem determinado nu-  
mero de testemunhas ) para nella inquirir sobre as pessoas , que  
tiveraõ , ou tiverem as sobreditas praticas , ou outras a ellas si-  
milhantes : Servindo-lhe este Decreto de corpo de delicto : Fa-  
zendo-o logo imprimir , e affixar impresso em todos os lugares  
publicos da Cidade de Lisboa , e mais Cidades , e Villas des-  
tes Reinos : Promettendo por elle vinte mil cruzados de pre-  
miq aos que fielmente descobrirem os autores das sobreditas pra-  
ticas ; e cumulativamente o perdão de todas as culpas , que  
houverem commettido até o tempo , em que fizerem a decla-  
ração , ainda sendo cúmplices no mesmo delicto ; com a clau-  
sula de que , não sendo criminosos os que taes declaraçoens fi-  
zerem , lhes será de mais compensado o referido perdão com  
outras mercês , que receberaõ da Minha Real grandeza confor-  
me os serviços , que me houverem feito ao dito respeito , e as  
circumstancias , que nelles concorrerem : Tomando o sobredito  
Ministro estas declaraçoens em hum inviolavel segredo , em or-  
dem a cujo fim reservo por ora ao Meu Real arbitrio a no-  
meação de outro Ministro , que ha de escrever na dita Deva-  
ça : extendendo o beneficio de todos os sobreditos premios avan-  
tajados ás pessoas , que , constando-lhes das que houverem tido ,  
ou tiverem as ditas praticas , as prenderem , e entregarem pre-  
zas a qualquer dos Magistrados da Cidade de Lisboa , ou des-  
tes Reinos , que bem as segurem , e remettaõ nesta fórma ao  
dito Desembargador Juiz Commissario da mesma Devaça : Pa-  
ra o que Hei por bem não só fazer cumulativas todas as Ju-  
risdicçoens da mesma Cidade , e Reinos , e até as dos Minis-  
tros das Terras de Donatarios com os da Minha Real Coroa ,  
e pelo contrario , para que cada hum delles possa sair do lugar  
onde se lhe fizer a declaração , e exercer ao dito respeito no  
Terri-



Territorio dos outros sem duvida alguma ; mas tambem Sou servido authorizar os Particulares , que tiverem noticia , ou vehemente presumpção de fimilhantes Delinquentes , para os poderem prender per si mesmos , com tanto que os levem *via recta* ao Ministro de Vara branca mais vizinho , o qual á instancia dos que houverem feito a prizaõ , e declaraçaõ das causas della será obrigado a remetter o prezo , ou prezos com os autos das declaraçoens , que houverem tomado em segredo sem concurso de Escrivaõ , ao dito Desembargador Juiz Commissario , que assim o executará logo , sem embargo de quaesquer Leys , Regimentos , Privilegios , ou costumes contrarios , quaesquer que elles sejaõ ; porque todos Hei por derogados para este effeito sómente , como se de cada hum fizesse especial mençaõ , ficando aliàs sempre em seu vigor. Belem a dezasete de Agosto de mil setecentos fincoenta e seis.

**COM A RUBRICA DE SUA Magestade.**





162  
159  
O ELREY. Faço saber aos que este Alvará virem, que sendo-me presente, que na Mesa do Paço da Madeira se duvida dar livres dos Direitos da dizima as madeiras, que entraõ pela Fóz, vindo por conta, e risco dos moradores de Lisboa, e sendo transportadas dos meus Dominios por embarcaçoens proprias dos meus Vassallos, fundando-se a referida duvida, em que a graça, e mercê, que fui servido conceder no meu Real Decreto de vinte e nove de Novembro, e Alvará de vinte e dous de Maio proximos passados, indistinctamente se refere ao favor permittido no despacho das madeiras pertencentes á Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhão, a qual pelo Capitulo trinta e hum das suas instituiçoens he isenta, sem distincão alguma, dos Direitos da fiza sómente: Sou servido declarar, que a graça concedida á sobre-dita Companhia Geral, em quanto isenta ás madeiras de fiza sómente, se deve entender daquellas, que vierem destinadas para se venderem nestes Reinos; por quanto as madeiras, que vierem por conta, e risco dos moradores de Lisboa, ou de quaesquer outros Vassallos meus, para o gasto das suas obras, e que tiverem proporção com o consumo della, sem excessso, nem dolo, serão isentas de todos os Direitos, e pensoens, da mesma fórma, que pelo Regimento do Paço da Madeira no Paragrafo segundo do Capitulo onze o forão sempre, as que se transportaõ do Riba-Téjo, e Banda d'Além, nas referidas circumstancias, e nesta mesma conformidade sou outro-sim servido, que respectivamente se entendaõ o meu sobredito Real Decreto de vinte e nove de Novembro, e Alvará de vinte e dous de Maio proximos passados.

Pelo que mando aos Vedores da minha Real Fazenda, Regedor da Casa da Supplicação, Governador da



Territo

da Relação, e Casa do Porto, Governador, e Capitão General do Reino do Algarve, e mais Ministros, Officiaes, e Pelloas, a quem pertencer, que cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar, como nelle se contém, este meu Alvará. O qual valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não passe, ainda que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, não obstantes quaesquer Regimentos, Ordens, ou Disposições contrarias, que todas hei por derogadas para este effeito sómente, como se dellas fizesse expressa menção, ficando aliás sempre em seu vigor. E este se registará em todos os lugares, onde se costumaõ registrar semelhantes Leys, mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Escrito em Belem, a dez de Setembro de mil setecentos cincoenta e seis.

## REY.

*Sebastião Joseph de Carvalho e Mello.*

**A**lvará com força de Ley, porque Vossa Magestade he servido declarar, que a graça concedida á Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhão, em quanto isenta as madeiras de Siza, sómente se deve entender daquellas, que vierem destinadas para se venderem nestes Reinos:



*Reinos : E quanto ás madeiras , que vierem por conta, e risco dos moradores de Lisboa , ou de quaesquer outros Vassallos destes Reinos , para o gasto das suas obras , e que tiverem proporção com o consumo dellas , sem excessso , nem dolo , sejam isentas de todos os Direitos , e pensoens , da mesma fôrma , que pelo Regimento do Paço da Madeira , o forão sempre conforme o Paragrafo segundo do Capitulo onze.*

**Para V. Magestade ver.**

*Joseph Thomaz de Sá o fez.*

**Registado a fol. 49. vers.**

*... incorraõ os Corretores , ou pessoas , que os inquietarem para fôr do mesmo Reino , ou intervierem nos contratos , que para esse effeito se fizerem , bastando , para se haver por provado o delicto , justificar se , que as taes pessoas forão achadas tratando sobre estes odiosos contratos , ainda que estes não cheguem a completar-se , ou a ter o seu effeito : Com tal declaração , que os Marinheiros , e homens do mar , que ao tempo da publicação d'elle se acharem fora do Reino , serão esculos das sobreditas penas , recolhendo-se a elle no termo de tres mezes , achando-se na Europa ; de hum anno , achando-se na Africa , ou America ; e de dois , achando-se na Asia : E de que os Marinheiros , que voltarem aos meus Dominios na sobredita fôrma , serão nelle recebidos sem molestia alguma , e esculos de servirem ao*  
*Troço,*



Joseph Thomas de Sá o 1.º

Joseph Bonneau de St Omer

Registado a fol. 4. v. 1.





**U ELREY.** Faço saber aos que este Al-  
 vará com força de Ley virem, que sendo-  
 me presente, que as ordens, que se costu-  
 maõ expedir para se alistarem Marinheiros  
 para o serviço das minhas Náos, ficaõ  
 muitas vezes sem o effeito, que dellas se  
 devia esperar, em razão de se esconderem,  
 e ausentarem os homens do mar, para de-  
 pois se assoldadarem por maiores preços para os Paizes Es-  
 trangeiros, contra a disposição da Ley do Reino, e com  
 intoleravel damno do meu Real serviço, e do bem Commum  
 dos meus fiéis Vassallos, em materia taõ grave, e delicada,  
 que faz hum dos objectos do mais serio cuidado de todas as  
 Naçoens civilizadas da Europa: E havendo mostrado a ex-  
 periencia, que as penas, até agora estabelecidas pela Orde-  
 nação do Reino, não foraõ bastantes para cohibir hum de-  
 licto de consequencias taõ perniciosas, e dignas de se lhes  
 pôr remedio efficaz: Sou servido, que todo o Marinheiro,  
 e homem do mar, que sem licença minha por escrito se assol-  
 dadar ao serviço de qualquer nação Estrangeira, fique pelo  
 mesmo facto desnaturalizado dos meus Reinos; e os bens,  
 que tiver, lhe sejaõ confiscados, ametade para a minha Real  
 Coroa, e a outra ametade para a pessoa, que o denunciar;  
 incorrendo cumulativamente na pena de dez annos de galés,  
 sendo achado outra vez neste Reino, ou em algum dos seus  
 Dominios: E que na mesma pena incorraõ os Corretores,  
 ou pessoas, que os inquietarem para sahir do mesmo Reino,  
 ou intervierem nos contratos, que para esse effeito se fizerem;  
 bastando, para se haver por provado o delicto, justificar-se,  
 que as taes pessoas foraõ achadas tratando sobre estes odiosos  
 contratos, ainda que estes não cheguem a completar-se, ou  
 a ter o seu effeito: Com tal declaração, que os Marinheiros,  
 e homens do mar, que ao tempo da publicação deste se acha-  
 rem fóra do Reino, seraõ escusos das sobreditas penas, re-  
 colhendo-se a elle no termo de tres mezes, achando-se na  
 Europa; de hum anno, achando-se na Africa, ou America;  
 e de dous, achando-se na Asia: E de que os Marinheiros,  
 que voltarem aos meus Dominios na sobredita fôrma, seraõ  
 nelle recebidos sem molestia alguma, e escusos de servirem no  
 Troço,



Troço, ou em qualquer outra Rapartição do meu Real serviço, contra suas vontades: exceptuando sómente os casos de necessidade, em que houver geral embargo.

Para que o referido se execute inviolavelmente, ordeno, que em cada hum dos Portos deste Reino, donde sahem embarcações Estrangeiras, esteja sempre huma devaça aberta sem limitação de tempo, nem determinado numero de testemunhas, contra os transgressores desta Ley; sendo Juiz della em Lisboa o Juiz de India, e Mina; na Cidade do Porto, o Juiz de Fóra do Crime; e nos outros Portos do Reino, os Juizes de Fóra, onde os houver; e onde os não houver, os Ministros de vara branca mais vizinhos: E que nenhum Navio possa sair sem visita, e certidão de que não leva Marinheiros, ou homens do mar, Vassallos meus.

Pelo que mando aos Védores da minha Real Fazenda, Regedor da Casa da Supplicação, Governador da Relação, e Casa do Porto, Governador, e Capitão General do Reino do Algarve, e mais Ministros, e Officiaes, e pessoas, a quem pertencer, que cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar, como nelle se contém, este meu Alvará; o qual valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não passe, ainda que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, não obstante quaesquer Regimentos, Ordens, ou Disposições contrarias, que todas Hey por derogadas para este effeito sómente, como se dellas fizesse expressa menção, ficando aliás sempre em seu vigor. E este se registrará em todos os lugares, onde se costumão registrar semelhantes Leys; mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Escrito em Belem aos vinte e sete de Setembro de mil setecentos e cincoenta e seis.

REY.

*Sebastião Joseph de Carvalho e Mello.*

**A** *Lvará com força de Ley, porque V. Magestade he servido ordenar, que todo o Marinheiro, e homem do mar, que,*



que, sem licença de V. Magestade por escrito, se assoldadar ao serviço de qualquer nação Estrangeira, fique pelo mesmo facto desnaturalizado destes Reinos, e os bens, que tiver, confiscados; incorrendo cumulativamente na pena de dez annos para galês, sendo achado outra vez neste Reino, ou em algum dos seus Dominios: Que na mesma pena incorraõ os Corretores, ou pessoas, que os inquietarem para sabir do Reino, ou intervierem nos contratos, que para isso se fizerem: Que os Marinheiros, e homens do mar, que agora se acharem fóra do Reino, seraõ escusos das sobreditas penas, recolbendo-se a elle no termo de tres mezes os que estiverem na Europa; de hum anno, achando-se na Africa, e America; e de dous, estando na Asia: e não seraõ obrigados a servir no Troço, ou em qualquer outra Repartição do Real serviço, exceptuando os casos de necessidade: Tudo na fôrma acima declarada.

Para Vossa Magestade ver.

Filippe Joseph da Gama o fez.

Registado no livro do Conselho da Fazenda a fol. 28.







**E**U ELREY. Faço saber aos que este Alvará com força de Ley virem, que considerando, que as grandes ruínas de cabedaes, e creditos, que a calamidade do memoravel dia primeiro de Novembro do anno proximo passado trouxe ao commercio dos meus Vallallos; e que o cuidado de consolidar os mesmos creditos, e cabedaes, em beneficio dos Homens de Negocio, que commerciaõ nestes Reynos; constituaõ dous objectos dos mais instantes, e urgentes, entre os muitos, que depois daquelle funesto dia excitaraõ o meu Regio, e Paternal desejo de aliviar, e restabelecer os Póvos, que Deos me confiou, de forte, que mediante a Divina assistencia, os possa restituir ao estado de viverem à sombra do Throno em paz, e abundancia; contribuindo todos reciprocamente para o Bem-commum, que resulta de cessarem no commercio as fraudes, e de se animarem, e sustentarem os que nelle se empregão com boa fé, em geral beneficio: Determinei ouvir sobre esta materia os Ministros do meu Conselho, e outras pessoas doudas, experimentadas, e zelosas do serviço de Deos, e meu, de cujos votos me pareceo, que mais podia confiar em hum Negocio de taõ ponderosa importancia. E conformando-me com o uniforme parecer, em que todos os sobreditos assentaraõ, tendo por certo, que este seria o meyo mais proprio, e efficaç para os referidos fins; de consolidar o credito publico das Praças deste Reyno, e seus Dominios, e de remover do commercio dellas as dilaçoens, e os enganos, que, sendo em todo o tempo incompativeis com o trato mercantil, se fazem absolutamente intoleraveis em huma conjunctura taõ critica: Sou servido excitar a disposiçaõ da Ordenaçaõ do Livro Quinto, Titulo sessenta e seis abaixo copiada, para que daqui em diante se observe literal, exacta, e inviolavelmente; e declarar, ampliar, e limitar o conteúdo nella, na maneira seguinte:

*Titulo LXVI. da Ordenaçaõ do Livro V. em que trata:*

Dos Mercadores, que quebraõ, e dos que se levantaõ com fazenda alheia.

„ **P**Or quanto alguns Mercadores quebraõ de seus tratos, le-  
 „ vantandose com mercadorias, que lhe foraõ fiadas, ou di-  
 „ nheiro, que tomaraõ a cambio, e se ausentaõ, e escondem  
 „ a suas



„ suas fazendas , de maneira que dellas se não póde ter noticia ;  
„ e outros poem seus credits em cabeça alheia ; e para allegarem  
„ perdas , fazem carregações fingidas : querendo Nós prover ,  
„ como os taes enganios , e roubos , e outros semelhantes se não  
„ fação ; ordenamos , e mandamos , que os Mercadores , e Cam-  
„ biadores , ou seus Feitores , que se levantarem com mercado-  
„ rias alheias , ou dinheiro , que tomarem a cambio , ausentan-  
„ dose do lugar , onde forem moradores , e esconderem seus li-  
„ vros de Razaõ , levando comfigo o dinheiro , que tiverem , ou  
„ passando-o por Letras a outras partes , e esconderem a dita fa-  
„ zenda em parte de que se não faiba , assim neste Reyno , como  
„ fóra d'elle , ou por qualquer outro modo a encobrirem ; sejaõ  
„ havidos por publicos ladroens , roubadores , e castigados com  
„ as mesmas penas , que por nossas Ordenações , e Direito Ci-  
„ vil , os ladroens publicos se castigaõ , e percaõ a Nobreza , e  
„ liberdades , que tiverem para não haverem pena vil.

I. „ E quando por falta de prova , ou por outro algum respei-  
„ to Juridico , nos sobredits se não poder executar a pena ordi-  
„ naria seraõ condemnados em degredo para galés , e outras par-  
„ tes , segundo o engano , ou malicia , em que forem compre-  
„ hendidos ; e não poderáõ mais em sua vida usar o officio de Mer-  
„ cador , para o qual os havemos por inhabilitados. E usando del-  
„ le , incorreráõ nas penas , que por nossas Ordenações incorrem  
„ os que usaõ de officios publicos , sem para isso terem nossa li-  
„ cença. E nas mesmas penas incorreráõ seus Feitores , que os  
„ ditos delictos commetterem.

II. „ E bem assim não poderáõ fazer cessãõ de bens , nem  
„ gozar de quita , ou espera , que os crédores lhe derem , posto que  
„ por Escritura publica lha concedaõ : por quanto as havemos por  
„ nullas ; sem embargo de quaesquer clausulas , e condiçoens que  
„ nellas forem postas. E poderáõ os crédores fazer execuçaõ inte-  
„ ramente por o que lhes deverem em suas pessoas , e fazenda , que  
„ lhe for achada , ou depois por qualquer titulo adquirirem.

III. „ Item : Vindo á noticia dos Officiaes de Justiça , que  
„ alguns bens dos ditos levantados estaõ em algumas Igrejas , Mos-  
„ teiros , Lugares pios , Fortalezas , Navios , ou em casas de  
„ pessoas poderozas , de qualquer qualidade , e condiçaõ , que  
„ sejaõ , as tiraráõ dellas , sem lhe ser posto duvida , ou embargo  
„ algum. E faraõ dellas inventario , e as depositaráõ para pagamen-  
„ to dos crédores.

IV. „ E



IV. „ E as pessoas , que em seu poder tiverem dividas , conhecidos , escrituras , ou outra qualquer fazenda , que pertença aos ditos levantados , lha não entregaráo , posto que em depósito , ou guarda a tenhao recebida , nem lhe pagarão dividas : mas sabendo por qualquer via , que algum Mercador se levantou , o manifestaráo dentro em quinze dias aos Officiaes de Justiça , a que o conhecimento do caso pertencer. E provando-se , que lhe entregarao alguma cousa , ou pagarao divida depois de serem levantados , ou quebrados ; a pagarão outra vez. E os encobridores perderão outra tanta fazenda para os crédores , quanta foy a que encobrirão.

V. „ E mandamos , que pessoa alguma , de qualquer condição que seja , não receba , nem recolha em suas casas , Fortalezas , Naos , pessoa alguma que se levantar , ou quebrar de seu credito , nem fazenda sua : antes os entreguem ás Justiças , quando para isso forem requeridos. E não os entregando , feroão obrigados a pagar de suas fazendas aos crédores tudo , o que o dito levantado lhes dever : e haverão as mais penas crimes , que por nossas Ordenagoens são postas aos que recolherem furtos , e malfeitores.

VI. „ E os que derem conselho , ajuda , e favor para os ditos Mercadores quebrarem , ou lhe ajudarem a encobrir , ou salvar suas pessoas , e fazenda , pagarão as dividas , que elles deverem aos crédores : e feroão castigados , como participantes no mesmo levantamento , conforme a culpa , que contra elles se provar.

VII. „ E as pessoas , que por sua culpa perderem sua fazenda jogando , ou gastando demasiadamente , incorrerão nas sobreditas penas : excepto que não feroão havidos por publicos ladroens , nem feroão condemnados em pena de morte natural , mas em penas de degredo , segundo a qualidade da culpa , em que forem comprehendidos , e quantidade das dividas , com que quebrarem , e se levantarem.

VIII. „ E os que cahirem em pobreza sem culpa sua , por receberem grandes perdas no mar , ou na terra , em seus tratos , e commercios licitos , não constando de algum dolo , ou malicia ; não incorrerão em pena alguma crime. E neste caso feroão os Actos remettidos ao Prior , e Consules do Consulado , que os procurarão concertar , e compor com seus crédores , conforme a seu Regimento.



IX. „ E mandamos aos Julgadores , a que o conhecimento  
„ pertencer , que , tanto que á sua noticia vier que algum Merca-  
„ dor se levantou , vão logo á sua casa , e fação auto , e inventa-  
„ rio do que nella acharem ; e lhe tomem o livro de Razaõ , e se  
„ informem de seus crédores da quantia do dinheiro , ou fazenda,  
„ com que se levantou , e do tempo , em que lhe foy dada ; e ti-  
„ rem devassa de modo , que se faiba a verdade , e a causa , que  
„ teve para quebrar : e procurem de prender os culpados , e pro-  
„ cedaõ contra elles como for justiça. E sendo ausentes , procede-  
„ raõ por Editos , na fórma de nossas Ordenaçoens.

X. „ Qualquer pessoa , posto que Mercador não seja , nem  
„ seu Feitor , que se levantar com dinheiro , ou divida , ou qual-  
„ quer fazenda alheia , ou se pozer , onde a parte não possa delle  
„ haver direito ( se a divida , com que se levantar , for de cem cru-  
„ zados , e dahi para cima ) morra morte natural. E sendo de cem  
„ cruzados para baixo não descendo de cincoenta cruzados , seja  
„ degradado por oito annos para o Brasil. E sendo de cincoenta  
„ cruzados para baixo , ferá degradado por o tempo , e para onde  
„ aos Julgadores bem parecer. As quaes penas , assim da morte ,  
„ como as outras , haveraõ lugar , posto que , pelas taes dividas ,  
„ com que se levantáraõ pudessem fazer cessaõ.

XI. A qual Ordenaçaõ , estabeleço , que da publicaçaõ deste  
em diante faça a regra certa , e fixa , para se julgarem todas as cau-  
sas dos Mercadores , que quebrarem , ou se levantarem com fazen-  
das alheias : praticando-se o conteúdo nella em tudo , o que por  
este não for alterado , com as declaraçoens , ampliaçoens , e limi-  
taçoens , que abaixo ordeno.

XII. Tendo mostrado a experiencia os grandes prejuizos , que  
se seguem ao commercio , e ás pessoas , que nelle se empregão , de  
se não terem observado as prohibiçoens , que se estabeleceraõ no  
preambola da mesma Ley ; de esconderem os Homens de Negocio  
suas fazendas , de maneira , que dellas se não possa ter noticia ; de  
porem os seus creditos em cabeça alheia ; e de fazerem carregaçõs  
fingidas : E procurando restabelecer em beneficio do mesmo com-  
mercio toda a boa fé , que nelle se faz indispensavel : Estabeleço ,  
que toda a pessoa , que occultar a sua fazenda em parte , que della  
se não faiba ; que pelo mesmo modo furtivo pozer credito em ca-  
beça alheia ; de sorte , que sendo na realidade seu , procure simu-  
lar , que pertence a terceiro ; ou que fizer carregaçã fingida , de  
modo



modo, que sendo tambem na realidade sua, a despache, ou avie, em nome de terceiro, ou que faça empregos em nome de terceiras pessoas, ainda que conjunctas: Além das penas corporaes, estabelecidas pela sobredita Ley, incorra na da confiscação da fazenda, que occultar; do credito, que pozer em cabeça alheia; e da carregação, que fizer, ou aviar, em nome de terceira pessoa, ou da cousa, que se achar comprada com o seu cabedal em nome alheio; ametade para o denunciante, e a outra ametade a favor dos Cativos. Nas mesmas penas incorrerão cumulativamente as pessoas, que intervierem nas sobreditas fraudes, ou em qualquer dellas, prestando o seu nome para ellas se fazerem. O que se estenderá aos assignantes das Alfandegas, para que nellas não possa alguem assignar despachos de Fazendas, que não sejaõ proprias, ou pelo menos da sua commissão. E para que as mesmas fraudes cessem por huma vez: Ordeno, que as denuncias dellas possaõ fer tomadas em segredo, com tanto que se justifiquem pela corporal apprehensão nas cousas moveis: Que nas immoveis se justifiquem por legitimas provas: E que nos Autos dellas se proceda summariamente, na fórma abaixo declarada.

XIII. Porque os Priores, e Consules, de que se tratou no Paragrafo oitavo da referida Ley, se achão actualmente extinctos: Sou servido substituir no lugar delles (em quanto Eu não dispor o contrario) com jurisdicção privativa, e exclusiva de todas, e quaesquer outras jurisdicções, o Provedor, e Deputados da Junta, que sollicita o Bem-commum do commercio; creando para ella de novo hum Juiz Conservador, e hum Fiscal, que seraõ sempre ao menos Desembargadores da Casa da Supplicação; com exercicio nella, ou em qualquer dos Tribunaes da minha Corte: Para que o primeiro dos referidos Ministros sirva de Relator, e o segundo de Promotor, conforme a natureza dos Negocios occorrentes, na maneira abaixo declarada.

XIV. Logo, que qualquer Homem de Negocio faltar de credito, se apresentará na referida Junta, perante o Provedor, e Deputados della, ou no mesmo dia em que a quebra succeder, ou ao mais tardar, no proximo seguinte: Jurando a verdadeira causa da falencia, em que se achar, pelas perdas, ou em pates totaes, ou parciaes, que houver padecido: Entregando com as chaves do seu Escritorio, e dos livros, e papeis, que nelle se acharem, as dos Armazens das Fazendas, que estiverem ainda em ser: E declarando



do debaixo do mesmo juramento todos os bens, com que se achar, assim moveis, e de raiz, como Acçoens, sem occultar couza alguma delles: E para os sobreditos serem admittidos a fazer o referido juramento, serão precisamente obrigados a exhibir pelo menos hum livro com o Titulo de *Diario*, escrito pela Ordem Chronologica dos tempos, e das datas, sem inversão dellas, e sem interrupção, claro, ou verba alguma posta nas suas margens; no qual se achem lançados todos os assentos de todas as mercadorias, e fazendas, que os mesmos fallidos de credito houverem comprado, e vendido; e de todas as despezas, que houverem feito com a sua pessoa e casa: Sendo o dito livro numerado; rubricado, e enfiado por distribuição por hum dos Deputados da Junta, que solicíta o Bem-commum do commercio: de tal forte, que aquellos Mercadores quebrados, que ou não se apresentarem na sobredita forma, ou não exhibirem pelo menos o referido Livro; ficarão incurso nas penas desta Ley, havendose desde logo por fraudolenta a quebra, que fizerem; a menos que não provem logo em continente, que tendo o referido Livro, pereceo por incendio, ou por outro semelhante caso fortuito, que notoriamente exclua toda a presumpção da referida fraude.

XV. Successivamente nomeará a sobredita Junta por huma parte dous de entre os seus Deputados, que bem lhe parecer, para que com o Procurador della, e com o Escrivão do Juizo da Conservatoria do commercio, passem ás casas do fallido, e nella reduzão a hum exacto Inventario todos os bens, que acharem existentes das sobreditas tres especies; acabando o dito Inventario no preciso termo de dez dias, continuos, e successivos; e apresentando-o logo, que se achar findo, na referida Junta com os Livros de contas, e mais papeis a ellas pertencentes, que puderem servir de clareza, e instrucção, para se concluir assim o verdadeiro estado da casa, e cabedal do mesmo fallido, como as causas da fallencia, em que estiver ao tempo, em que se delatar: Pela outra parte nomeará hum Homem de Negocio da Praça de Lisboa, que seja abonado, e de sã consciencia, ao qual se entregará por Deposito todos os bens do mesmo Inventario debaixo do Termo de fiel Depositario de Juizo, e da obrigação de não dispôr do sobredito Deposito couza alguma, senão pelos Mandados, que lhe forem expedidos pela mesma Junta para este effeito: E pela outra parte fará publicar na primeira Gazeta, que se estampar, depois da quebra



166  
quebra ( com o nome exprello do Mercador , ou Homem de Negocio , que se houver apresentado na referida fórma ) que elle he fallido de credito ; para que todas as pessoas , que tiverem que requerer sobre os bens do foquestro , que se lhe houver feito , ou sobre as causas da quebra ; possaõ recorrer à sobredita Junta , propondo nella as Acçoens , que tiverem , ou as denuncias , que quizerem dar na fórma abaixo declarada.

XVI. Em quanto se proceder ao referido Inventario , receberá a mesma Junta todos os requerimentos , que se lhe fizerem , e as denuncias , que lhe forem dadas sobre a quebra , de que se tratar , e sobre as causas , que a manifestarem , ou justa , ou dolosa : Para que quando lhe for apresentado o mesmo Inventario , e papeis a elle concernentes , se ache preparada para proceder nos merecimentos da causa até a sua decisaõ , que será expedida , e determinada no preciso termo dos primeiros trinta dias , que continua , e successivamente se seguirem ao em que for apresentado o referido Inventario ; procedendo-se verbalmente , e de plano , em fórma mercantil ; sem outra ordem judicial , que não seja a dos termos substanciaes , que por Direito natural , e das gentes , e pelo estylo das Praças mais bem reguladas da Europa , se costuma observar em semelhantes causas ; e sem mais Allegaçoens , que as dos simples factos , que puderem relevar , ou condemnar o fallido , e as dos estylos , e regras do commercio , pratica , e inconcussamente recebidas , e observadas entre os negociantes nas referidas praças.

XVII. Ao tempo , em que a mesma Junta entender que os sobreditos procesos verbaes se achão instruidos na referida fórma , convocará por aviso do Secretario , ou o seu Juiz Conservador , sendo a causa tratada entre Vassallos meus , de qualquer qualidade , e condiçaõ que sejaõ , e posto que tenhaõ Privilegios incorporados em Direito ; ou o Juiz Conservador da respectiva Naçaõ , a quem tocar , tratando-se de pessoas Estrangeiras , daquellas , que gozaõ deste Privilegio , e de caso no qual elle costuma praticarse : Para que com a assistencia , e direcçaõ de qualquer dos sobreditos Juizes Letrados , a quem pertencer , vendo-se o negocio na referida Junta , ou em huma , ou nas mais conferencias , que forem necessarias para se comprehenderem cabalmente as causas das quebras , de que se tratar , se julguem estas a final , segundo os seus merecimentos. E o que se vencer pela pluralidade dos votos , se escreverá pelo mesmo Secretario por determinaçaõ definitiva , na qual  
assina-



affinarão não só os Vogaes vencedores, mas também os que forem vencidos; para que assim se conserve melhor o segredo da Justiça, e com elle a liberdade dos votos em materia de tanta importancia.

XVIII. No caso de se julgar pela dita determinação, que a quebra foy fraudolenta, e dolosa; se remetterá logo o processo verbal della ao Juiz Conservador do commercio. O qual pronunciando, e prendendo os culpados: Tomando por principio de devaça o mesmo processo verbal: Perguntando, sem limitação de numero as mais testemunhas, que julgar necessarias: Fazendo todas as outras diligencias, que lhe parecerem uteis para melhor averiguação da verdade, e formalização das culpas, de que se tratar: Expedindo tudo o referido com preferencia a quaesquer outros negocios nos primeiros trinta dias, que se seguirem ao em que lhe for relaxado o processo: E dando vista delle ao Fiscal do commercio para allegar o que lhe parecer conveniente por parte da Justiça, ainda nos casos de haver accusadores: Levará os autos á Relação (onde Hey por bem, que sempre conserve lugar para este effeito,) e nella com os Adjuntos, que o Regedor da Casa da Supplicação lhe nomear, os sentenciará summariamente, na mesma fórma, que se praticou até agora nos outros casos de sumario.

XIX. Porém vencendo-se, que a quebra foy feita de boa fé, e que o Negociante, que por ella fallir, se acha nos termos do favor contemplado no Paragrafo oitavo da mesma Ordenação acima trasladada: Ordeno, que neste caso, não obstante a outra Ordenação do livro terceiro titulo noventa e hum, e as mais disposições de Direito, que estabeleceraõ as preferencias pela prioridade das penhoras, ou das hypothecas; e não obstante quaesquer cessões, que os mesmos fallidos hajaõ feito no espaço de vinte dias antes da quebra, em que forem achados; se observe daqui em diante o seguinte.

XX. Todos os bens moveis pertencentes aos Mercadores quebrados na referida fórma, seraõ vendidos dentro de trinta dias continuos, e successivos, em publico leilão, que será feito dentro nas mesmas casas, onde a quebra succeder: Publicando-se na Gazeta da Corte o dia, em que os taes leiloens haõ de principiar: E procedendo-se nelles em todas as tardes, que não forem de dias feriados em honra de Deos, ou dos seus Santos, com a assistencia de dous Deputados da referida Junta, do Depozitario da quebra,  
e do



e do Escrivão dos autos. O que tudo se observará nas mercadorias, que forem achadas em fer, posto que fossem vendidas com o pacto de ficarem servindo de especial hypotheca. Para a venda dos bens de raiz, se fará a mesma publicação na referida Gazeta; e se expedirão cartas de diligencia pelo respectivo Juiz Conservador, que houver assistido á determinação, para serem vendidos em praça no preciso termo de sessenta dias continuos, successivos, e contados daquelle, em que a mesma determinação for publicada. As acções, ou dividas activas; sendo procedidas de letras de cambio, ou seguras; de dinheiro de emprestimo de Mercador a Mercador; de fretes, seguros, ou mercadorias, tomadas sobre creditos; feraõ arrecadadas executivamente na mesma fórma, que se cobraõ as dividas do Fisco: Cujõ privilegio Mando, que neste caso se observe inteiramente a favor dos sobreditos Mercadores, que faltaõ de credito por infelicidade; naõ só pela commiseracão, de que se faz digna per si a inculpavel pobreza de semelhantes Homens; mas tambem, havendo respeito ao beneficio commum, que dahi resultará ao commercio geral das praças deste Reyno.

XXI. Todo o dinheiro, que forem produzindo as vendas, e arrecadaçoens, que se fizerem na sobredita fórma, se irá remetendo nos fabbados de cada semana ao depozito geral da Corte, e Cidade, até que inteiramente se achem reduzidos a dinheiro liquido os bens de cada hum dos sequestrados. Logo que assim succeder, feraõ obrigados os dous Deputados, que houverem sido encarregados do sequestro, a darem conta na referida Junta, para que nella com assistencia do respectivo Juiz Conservador, se proceda tambem de plano, e sem outra figura de Juizo, que naõ seja a que fica estabelecida nos Paragrafos treze, quatorze, quinze, dezaseis, dezasete desta Ley á determinação, partilha, e entrega do sobredito dinheiro, na maneira abaixo declarada.

XXII. Sendo os escritos procedidos de assignaturas das Alfandegas, dinheiro liquido, que na conformidade do que se pratica nas outras Alfandegas bem reguladas da Europa, deveria ser pago pelos Mercadores ao tempo, em que os mesmos escritos saõ passados; e que por hum effeito da Minha Real Benignidade tenho até-gora permittido, que fique em Deposito na maõ dos mesmos Mercadores em beneficio seu, o qual de nenhuma sorte deveria converterse em prejuizo do Meu Real Erario: Estabeleço, que em quanto Eu houver por bem conservar o referido beneficio, se dedu-